



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026
PROCESSO Nº 16/2026
TIPO: MENOR PREÇO

Resumo do Certame Licitatório

Órgão Gerenciador: CNPJ:04.173.952/0001-68
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia – MT

Modalidade: Pregão	Forma: Eletrônica	Modo de Disputa: Aberto	Critério de Julgamento: Menor Preço ITEM
Data: 02/04/2026	Horário: 09h00min	Plataforma: https://www.licitanet.com.br/	
Exige Amostra? Não	Participação: Não	Reserva de Cota ME/EPP? Não	
Registro de Preços? Sim	Vistoria? Não se aplica	Amostra? Não	Instrumento Contratual: Nota de empenho

Objeto:

PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO EM CUIABÁ/MT, COM NO MÍNIMO 3 (TRÊS) REFEIÇÕES DIÁRIAS E TRANSPORTE INCLUSOS, A FIM DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT.

Valor Total Estimado: R\$ 435.120,00 (Quatrocentos e trinta e cinco mil cento e vinte reais)

Órgão (s) Participante (s):

Não se aplica.



Pregoeiro (a): RONIELY GOMES DE O. MESQUITA	Ato de Designação: Portaria nº 036/2025
Lei de Regência: Lei Federal nº 14.133, de 2021	Lei Complementar: Lei Complementar Federal nº 123, de 2006

O Município de Bom Jesus do Araguaia MT, por intermédio da sua pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, em modo de disputa aberto, por sistema de registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de hospedagem em casa de apoio para pacientes em tratamento médico em Cuiabá/MT. A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021 e, complementarmente, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 pelo Decreto Federal nº 8.538, de 2015 e pelo Decreto Municipal nº 132 de 11 de dezembro 2023 (regulamenta o procedimento auxiliar de registro de preços).

2 - PUBLICIDADE

2.1. A publicidade deste Edital será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>, nos termos fixados nos art.54 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.2. O presente Edital também será publicado, em forma de AVISO, no Diário Oficial e jornal diário de grande circulação (art. 54, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

2.3. A íntegra do presente Edital e seus Anexos, bem como todos os documentos, os esclarecimentos, impugnações, atos decisórios do procedimento licitatório durante a FASE EXTERNA serão divulgados na Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, e no sítio internet da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT, disponível no endereço eletrônico <https://www.bomjesusdoaraguaia.mt.gov.br/>.

3- PLATAFORMA ELETRÔNICA

3.1. O PREGÃO, em sua forma eletrônica, será realizado em sessão pública, via INTERNET (rede mundial de computadores), mediante condições de segurança, criptografia e



autenticação em todas as suas fases na Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico:
<https://www.licitanet.com.br/>.

4 – DATA E HORÁRIO

4.1. A(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação deverão ser cadastrados na Plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>) até às 08h59min horas (horário oficial de Brasília/DF) **do dia 02 de Abril de 2026**, quando se dará a abertura da sessão pública.

4.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

5. AGENTE DE CONTRAÇÃO

5.1. Os trabalhos do certame licitatório serão conduzidos pela servidora RONIELY GOMES DE O. MESQUITA, designada como Agente de Contratação (art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021) por intermédio da Portaria nº 036/2025, e que nesta licitação será denominado(a) PREGOEIRO(A) (art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

5.2. O(A) Pregoeiro(a) será auxiliada por equipe de apoio (art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) designada pela Portaria nº 036/2025, e responderá individualmente pelos atos que praticar.

5.3. Em caso de impedimento na condução do certame licitatório, o(a) Pregoeiro(a) será substituído(a) automaticamente por outro(a) Agente de Contratação designado(a) pela Portaria nº 036/2025, seguindo a ordem de substituição definida na referida portaria.

6. OBJETO

Objeto da presente licitação e na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA**

Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO EM CUIABÁ/MT, COM NO MÍNIMO 3 (TRÊS) REFEIÇÕES DIÁRIAS E TRANSPORTE INCLUSOS, A FIM DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, Anexo I deste Edital.

6.1. Fazem parte do presente Edital os anexos abaixo relacionados:

- a) Anexo I - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar;
- b) Anexo II - Modelo de Declarações;
- c) Anexo III - Modelo de Proposta;
- d) Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- e) Anexo V – Minuta do Contrato.

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Para participar deste pregão, em sua forma eletrônica, a licitante deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Pessoa jurídica cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;
- b) Ser credenciada junto a Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, que atuará como órgão provedor do sistema eletrônico;
- c) Enviar em campo próprio do sistema eletrônico as seguintes declarações virtuais de que:
 - i. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório; (art.63, I da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
 - ii. atende aos requisitos do art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 para fazer jus aos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006; (art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
 - iii. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas; (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
 - iv. Inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com a União federal, Estados e Municípios.

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



7.1.1. A declaração disposta no item c.ii, será obrigatória somente quando a licitação for exclusiva para ME/EPP ou quando as empresas que se enquadrem na categoria quiserem fazer jus às benesses determinadas na Lei complementar 123/2006.

7.2. A declaração falsa sujeitará a licitante ao enquadramento na infração prevista no art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não se responsabilizando a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT por quaisquer custos, transações efetuadas pela licitante ou eventual desconexão do sistema.

7.4. Não poderão participar deste pregão:

7.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.4.2. pessoas físicas;

7.4.3. empresa que possua entre seus sócios agente público vinculado à Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT;

7.4.4. quem não cumprir os requisitos formais do **item 7.1**;

7.4.5. agentes públicos ou terceiros que se enquadrem em situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria; (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7.4.6. terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica; (art. 9º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7.4.7. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, assim como aqueles que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante; (art. 14, III e § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7.4.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.4.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404,



de 1976, concorrendo entre si; (art. 14, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação

7.4.10. trabalhista; (art. 14, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7.4.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

7.4.12. aqueles que se enquadrem nas demais vedações do art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.5. A verificação dos impedimentos e condições de participação ocorrerá somente após a fase competitiva do certame, momento no qual a Plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>) permite a identificação dos participantes do certame licitatório.

7.6. Encerrada a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta aos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique em Inelegibilidade - CNCIAI, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep e Cadastro de Inidôneos do TCU ou qualquer outro que venha ser implantado e ainda no cadastro unificado delicitantes (art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), bem como na “lista suja” de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência¹, a fim de verificar se a licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital.

7.7. Havendo qualquer impedimento, a licitante será, automaticamente, excluída da licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e em lei.

8. CONSÓRCIO

8.1. Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

- a)** comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b)** indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c)** admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada



consorciado;

d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

8.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no art. 15, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (art. 15, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

8.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato. (art. 15, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

9.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164, *caput*, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.2. As impugnação e os esclarecimentos deverão ser encaminhados de forma eletrônica, EXCLUSIVAMENTE pelo site www.licitanet.com.br.

9.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem e nem interrompem os prazos previstos no certame licitatório.

9.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

9.5. As respostas às impugnações ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e os esclarecimentos prestados pela Pregoeira serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia-MT ou será divulgada no sítio eletrônico www.licitanet.com.br. E sites oficiais da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia – MT (art. 164, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).



9.6. Acolhida a IMPUGNAÇÃO contra este Edital e seus Anexos, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.7. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital (e seus Anexos), apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a regular realização da sessão.

9.8. Mesmo que a impugnação não seja conhecida, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados (Súmula nº 473 do STF e art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10. CREDENCIAMENTO

10.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet.

10.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.3. A participação do licitante no pregão se dará exclusivamente através de **Home Broker²**, o qual deverá manifestar em campo próprio da plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

10.4. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso a Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, e o uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.5. O acesso do licitante ao pregão, em sua forma eletrônica, para efeito de encaminhamento



de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão a Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

10.6. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

10.7. Para todas as empresas com exceção das MEI's.

30 dias	90 dias	180 dias	365 dias	Processo único
R\$ 152,00	R\$ 287,00	R\$ 422,00	R\$ 692,00	R\$: 98,00

10.8. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a Plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>) e à Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia – MT a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.9. O cadastramento do licitante junto a plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

10.10. As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

10.11. A não declaração, no momento do credenciamento, da licitante em referência Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).

10.12. A declaração falsa dos requisitos do credenciamento sujeitará às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame, em especial quanto à tipificação prevista no art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.13. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

11. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

11.1. O cadastramento de proposta(s) somente será possível após o cadastramento na Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma
Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



estabelecida no item “10 - CREDENCIAMENTO” . deste Edital. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), concomitantemente com os documentos de **HABILITAÇÃO** exigidos no edital, proposta com a **DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO, conforme modelo do Anexo III**, incluindo, o **preço total do ITEM e o valor individual do item**, até o horário limite de início da Sessão Pública, **ou seja, até às 08h59min do dia 02 de Abril de 2026 (horário de Brasília)**.

11.2. A proposta de preços com o preço unitário para o(s) item(ns) de interesse, deverá ser enviada em formulário específico, mediante o uso da chave de acesso e senha privativa da licitante, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, no prazo indicado no item “4 - DATA E HORÁRIO”.

11.3. O registro de proposta eletrônica vinculada ao presente certame implica, independente de expressa declaração, na(o):

- a) aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- b) garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública;
- c) compromisso do licitante para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (Anexo I);
- d) impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
- e) submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus Anexos;
- f) obrigação de participar ativamente do certame (ONLINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).

11.4. As propostas registradas no “Sistema” **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas, sob pena de desclassificação.

11.5. Quando do cadastramento da proposta, a licitante poderá parametrizar seu preço final mínimo obedecida a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.6. Os lances serão de envio automático pelo sistema, que respeitará o preço final mínimo bem como o intervalo de que trata o item anterior.



- 11.7.** O preço final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de lances, porém, não poderá ser superior ao lance já registrado por ela no sistema.
- 11.8.** As licitantes se responsabilizarão pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos, bem como pelo acompanhamento de todas as operações efetuadas no sistema eletrônico durante a sessão pública, arcando com quaisquer ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 11.9.** Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema eletrônico utilizado no certame, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 11.10.** Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas anteriormente apresentadas.
- 11.11.** A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de produtos com características e quantidades diferentes das indicadas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.
- 11.12.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 11.13.** Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, bem como, na legislação aplicável, inclusive a Lei Federal nº 8.078, de 1990.
- 11.14.** Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas a presente licitação.
- 11.15.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, frete e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento dos bens.
- 11.16.** Os preços ofertados poderão ser reajustados, observado o disposto no item “40 - REAJUSTE” deste Edital (art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 11.17.** Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame não cabe, em nenhuma hipótese, desistência de proposta.
- 11.18.** Nenhuma proposta ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(a) Pregoeiro(a) por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e, consequentemente, desclassificação da proposta.



12. CADASTRAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. O cadastramento dos documentos de habilitação somente será possível após o cadastramento na Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma estabelecida no item “10 - CREDENCIAMENTO” deste Edital.

12.2. Os Microempreendedores Individuais (MEI), as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

12.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão acrescentar ou substituir a documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

12.4. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a), e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

13. ABERTURA DA SESSÃO

13.1. Na data e horário previstos no item “4 –às 09h00min horas (horário oficial de Brasília/DF) **do dia 02 de Abril de 2026,**” a sessão pública na internet será aberta automaticamente pelo sistema.

13.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento das propostas e em relação à proposta mais bem classificada.

13.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a)Pregoeiro(a) e os Licitantes, vedada outra forma de comunicação.

13.4. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de “**MENOR PREÇO POR ITEM**” observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

14. FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. Aberta a etapa competitiva - sessão pública - as licitantes deverão encaminhar lances
Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada, **on-line**, do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.2. A critério do(a) Pregoeiro(a), poderá ser aberto mais de um item simultaneamente.

14.3. Os lances serão ofertados por item.

14.4. Serão aceitos somente lances com no máximo 02 (duas) casas decimais após a virgula, considerando os valores constantes na proposta inicial cadastrada no sistema

14.5. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

14.6. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

14.8. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema eletrônico; porém, o lance poderá ser intermediário, ou seja, igual ou superior à melhor oferta registrada (art. 56, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

14.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.10. Caso seja ofertado lance inconsistente ou inexequível, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema.

14.11. Como medida excepcional, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir a proposta ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, que implicará a retirada da licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

14.12. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

14.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração **de 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários

14.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor valor.



14.15. Serão aceitos somente lances **com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula**, considerando os valores constantes no ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA.

14.16. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas subsequentes com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, podendo, a licitante optar por manter seu último lance da etapa aberta ou por ofertar melhor lance.

14.17. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.18. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.

14.19. Durante a etapa de disputa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexequível, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance, caso confirme a exatidão do lance registrado.

14.20. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

14.21. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, durante a sessão pública do pregão eletrônico, sendo vedada a identificação do seu detentor.

15. DESCONEXÃO DO(A) PREGOEIRO(A)

15.1. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

15.2. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa terá reinício somente decorridos vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.licitanet.com.br, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

16. BENEFÍCIOS DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



16.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 fica limitada às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação.

16.2. Após a fase de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME ou EPP, e das demais ME ou EPP na ordem de classificação, que será disponibilizada automaticamente nas telas do(a) Pregoeiro(a) e do fornecedor e encaminhada em mensagem por meio de *chat*.

16.3. Quanto aos ITENS, na fase de PROPOSTA será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO às MEI's, ME's e EPP's, caso a proposta mais bem classificada tenha sido ofertada por empresa de médio ou grande porte e haja proposta apresentada por MEI/ME/EPP de valor até 5% (cinco por cento) superior ao da melhor proposta, oportunidade em que a Plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>), automaticamente, procederá da seguinte forma:

a) A MEI/ME/EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior a do licitante mais bem classificado e, atendidas as exigências deste Edital e seus Anexos, será reclassificada como melhor proposta do certame;

b) não sendo registrado um novo lance pela MEI/ME/EPP convocada através do sistema na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput*, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também no prazo de 5 (cinco) minutos;

c) havendo empate de valor entre duas empresas beneficiárias do direito de preferência fixada na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, exercerá tal direito prioritariamente aquela cuja proposta tenha sido recebida e registrada pelo sistema primeiramente;

d) o sistema encaminhará mensagem automática, por meio do “chat”, convocando a MEI/ME/EPP mais bem classificada a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de decadência do direito concedido;

e) na hipótese em que nenhuma dos licitantes exerça o direito de tratamento diferenciado, será mantida a ordem classificatória do certame.

16.4. Na fase de HABILITAÇÃO, será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO às



MEI's/ME's/EPP's que estejam com problemas de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, à luz do disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, conforme as seguintes regras:

- a) em se tratando de MEI/ME/EPP com alguma RESTRIÇÃO na comprovação da HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, deverá(ão) ser apresentada(s) e juntada(s) aos autos a(s) respectiva(s) certidão(ões) com validade vencida ou com restrição, sendo aceita a situação parcial de irregularidade ali comprovada, julgando-se "habilitada" no certame empresa(s) nessa situação;
- b) será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões;
- c) a não regularização da documentação fiscal, social ou trabalhista, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus Anexos;
- d) no caso de decadência do direito por não regularização da situação, será facultada à Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

17. EMPATE FICTO

17.1. Se o melhor lance for ofertado por licitante que não se enquadre na condição de MEI, ME ou EPP, o sistema facultará a estas o exercício do direito de preferência para fins de desempate, conforme determina o art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, momento no qual a MEI, ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, consoante determina o art. 45, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

17.2. O direito de preferência de que trata o item anterior será concedido da seguinte forma:

- a) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor; e
- b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e



c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

17.3. Se houver equivalência de valores apresentados pelas MEI, ME ou EPP, que se encontrem no intervalo estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, o sistema efetuará sorteio para identificar a empresa que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

17.4. Caso a MEI, ME ou EPP convocada decline de exercer o direito de preferência, o sistema convocará as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, na ordem de classificação.

17.5. Se houver êxito no procedimento especificado acima, o sistema disponibilizará nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação pelo(a) Pregoeiro(a). Não havendo êxito ou não existindo MEI, ME ou EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

18. EMPATE REAL

18.1. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, desde que não se enquadre em situação prevista nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem, mesmo não havendo envio de lances na fase competitiva.

18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos produtos produzidos por:

- a) empresas brasileiras;
- b) empresas estabelecidas no território de Mato Grosso;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 2009.

19- CONFORMIDADE DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

19.1. Encerrada a etapa de lances, após observado o disposto no item “6 -CONSÓRCIO” deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) solicitará, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de menor preço global por item e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo para a



contratação, conforme definido neste edital.

20- NEGOCIAÇÃO

20.1. Definido o resultado do julgamento, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

20.2. Caso a proposta da licitante classificada em primeiro lugar apresente preço superior ao máximo para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) deverá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes (art.61, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

20.3. No caso de desclassificação da proposta da licitante classificada em primeiro lugar, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitada a ordem de classificação. Em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (art.61, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

20.4. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao valor final aceito pelo (a) Pregoeiro(a) após a devida negociação, deverá ser anexada ao sistema eletrônico após solicitação do(a) Pregoeiro(a) pela opção "Convocar Anexo", no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.

21 -DESCCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

21.1. Será desclassificada a proposta, que (art. 59, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis;
- d) com preço superior ao estimado para a contratação;
- e) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- f) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

21.2. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço, que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da



contratação e se limite a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

21.3. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo(a) Pregoeiro(a).

21.4. É considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

21.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, e adotados, entre outros e no que couber, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;
- c) levantamento de informações no Ministério do Trabalho e Previdência e consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
- f) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- h) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) estudos setoriais;
- j) análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para o fornecimento dos produtos; e
- k) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

21.6. A inexequibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

21.7. A inexequibilidade da proposta será considerada quando a diligência comprovar que os custos da licitante ultrapassam o valor da proposta, bem como se inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

22- DA VISTORIA NA CASA DE APOIO

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



22.1 Antes da Assinatura da Ata de Registro de Preços ou contrato administrativo, o Município de Bom Jesus do Araguaia/MT, indicará um servidor para inspecionar e vistoriar as instalações da empresa vencedora, a fim de verificar se a futura CONTRATADA atende às especificações solicitadas no Edital de convocação;

22.2 Este servidor será provido de poderes para que, no caso do surgimento de alguma necessidade de adequação do estabelecimento, estipular prazo máximo para a tomada de providências para enquadramento nos requisitos de contratação;

22.3 Inspeccionada e devidamente atestado pelo servidor, que por sua vez emitirá o Termo de Qualificação dos Serviços de Hospedagem, comprovando que a empresa está apta a servir aos pacientes e, assim, viabilizando a ARP ou Contrato Administrativo com o Município de Bom Jesus do Araguaia/MT;

22.4 Ocorrendo a decretação de empresa inapta para atendimento dos pacientes, não será firmado ARP/contrato entre as partes, além da empresa responder e ser enquadrada nas sanções e penalidades impostas por este instrumento;

23. PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

23.1. Na hipótese de a proposta não ser aceitável ou se a licitante classificada em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos descritos neste Edital.

23.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

23.3. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem substancialmente as propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

23.4. Caso haja necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, sendo a ocorrência registrada em ata e disponibilizada na Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico:



<https://www.licitanet.com.br/>.

23.5. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao último lance ofertado pela licitante e, se necessário, com os documentos complementares solicitados pelo(a) Pregoeiro(a), deverá ser anexada ao sistema eletrônico após a solicitação pela opção “Convocar Anexo”, no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.

23.6. O prazo definido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, quando:

- a) solicitado pela licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

23.7. A proposta de preços deverá ser elaborada com observância das seguintes exigências:

- a) não conter cotações alternativas, emendas ou entrelinhas;
- b) fazer menção ao número deste Edital, conter a razão social do licitante, seu CNPJ, dados bancários e endereço completo;
- c) a falta do CNPJ e (ou) endereço completo poderá ser preenchida pelos dados constantes no sistema eletrônico.
- d) conter cotação de preço unitário e total para o item ofertado, em moeda corrente nacional (Real), incluídos todos os tributos, taxas, fretes e demais encargos pertinentes, conforme Modelo de Proposta previsto no Anexo III deste Edital;
- e) os custos relacionados ao fornecimento do objeto deverão ser detalhados para efeito de eventual reequilíbrio dos preços contratados;
- f) (os preços unitários/totais máximos/percentual de desconto mínimo) para (os itens/lotes) são os constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
- g) conter a marca e, se existir, informar o modelo;
- h) será aceita a oferta de produtos com marcas diferentes da marca de referência, desde que apresentem qualidade igual ou superior, observado o art. 42 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- i) indicar o número do CNPJ da filial ou do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal referente ao fornecimento dos materiais, indicação essa indispensável para efeito de empenho da despesa, liquidação do objeto contratado e realização do pagamento.



23.8. A apresentação da proposta implicará, necessariamente, a anuência a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto ao prazo de entrega e condições de garantia, conforme Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como quanto ao prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

24. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

24.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

24.2. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao novo valor por ela ofertado, em até 2 (duas) horas, bem como as especificações estipuladas no Edital e seus anexos.

24.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

24.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

24.5. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

24.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

24.7. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

24.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do produto ou da área especializada no objeto.

24.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará



proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

24.10. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

24.11. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta do licitante vencedor e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. A(s) negociação(ões) será(ão) realizada(s) por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

24.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

24.13. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

24.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

25. HABILITAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

25.1. Ressalvado o disposto no item 25.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Regularidade Fiscal, Social, Trabalhista, Econômico-Financeira e Técnica;
- c) Outros Documentos.

25.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

25.3. O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

25.4. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos



termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

25.5. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

25.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

25.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

25.8. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP³, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS⁴, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa⁵, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- d) Sistema de Inabilitados e Inidôneos⁶, mantida pelo Tribunal de Contas da União;

25.9. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

25.10. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, seguindo os seguintes procedimentos:

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;



- b) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação;
- c) Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;
- d) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

25.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

25.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

25.13. Somente poderá haver a prorrogação no prazo do item anterior, caso o licitante solicite sua prorrogação dentro do tempo limite concedido.

25.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

25.15. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

25.16. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

25.17. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.18. Para os documentos que têm prazo de validade e este não estiver expresso no documento, será considerada a validade de 90 (noventa) dias, a partir de sua emissão, se outro prazo



não estiver fixado em lei.

25.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.

25.20. Atendidas todas as disposições deste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

25.21. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

26. HABILITAÇÃO JURÍDICA

26.1. Encerrada a etapa de lances, a Pregoeira concederá o prazo de 02 (duas) horas para que a(s) licitante(s) mais bem classificada(s) anexem os documentos de habilitação exigidos nesta seção.

26.2. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), nos seguintes termos:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de microempreendedor individual - MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedades por ações, registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, acompanhado de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- e) No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- f) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- g) No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, decreto de



autorização.

26.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

27- HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL, TRABALHISTA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E TÉCNICA

27.1. As habilitações fiscal, social, trabalhista, Econômico-Financeira e Técnica serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional);
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) o cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal de 1988.



27.2. Serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas.

27.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempreendedor individual (MEI), microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida tempestivamente pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

27.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outro microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

27.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

27.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada de, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data da abertura dos envelopes, caso não apresente o seu prazo de validade.

27.5.2. Caso a Certidão seja Positiva de Recuperação, deverá a empresa apresentar a comprovação que seu Plano de Recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação.

Atenção: Senhores licitantes, ao solicitar as Certidões de Falência e Concordata, ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, perante o Poder Judiciário do Estado De Mato Grosso, devem ser selecionadas as opções **AUTOR e RÉU**, para o cumprimento do Art. 69, II da Lei nº 14.133/2021. Para os licitantes dos demais estados, caso não contenha os termos acima, deverão certificar que as certidões expedidas em suas comarcas atestam a inexistência de ações de Falência e Concordata movidas ou em desfavor da empresa solicitante. Podendo o Agente de Contratação realizar diligência a fim de verificar o atendimento da Lei Federal nº 14.133/2021, em vistas do art. 97 da Lei nº 11.101/05.



27.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

27.6.1. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha fornecido, satisfatoriamente, objeto pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o da presente licitação;

27.6.2. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa ou órgão contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

27.6.3. O município de Bom Jesus do Araguaia do Estado de Mato Grosso poderá promover diligências e exigir documentos adicionais para averiguar a veracidade das informações constantes na documentação apresentada, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas, além de incorrer nas sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

27.7 **Alvará de Funcionamento** ou equivalente, expedido pelo município;

27.8 **Alvará Sanitário (Licença Sanitária)** ou equivalente, emitido pela autoridade sanitária competente;

27.9 **Alvará de Segurança contra incêndio e Pânico**, fornecido pelo Corpo de Bombeiros, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

27.10 **Alvará de Publicidade**, fornecido pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, conforme Lei Complementar nº 443/2017 em plena validade.

27.11 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

27.11.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato/Ata, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

27.11.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

27.11.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

27.11.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

27.11.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato/Ata; e

27.11.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,

Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato/Ata em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) e ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

27.12 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

28. OUTROS DOCUMENTOS

28.1. Sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar declaração, conforme modelo constante no Anexo II, de que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;
- d) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1988;
- e) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,

Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



28.2. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

28.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, em especial a infração administrativa prevista no art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

29. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

29.1. A proposta final do licitante habilitado e declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico e deverá:

- a)** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, se a assinatura não for digital;
- b)** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
- c)** conter os dados pessoais do responsável pela assinatura da ata de registro de preços, devendo ser enviado cópia dos documentos pessoais e documento que comprove a representatividade.

29.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção administrativa à futura contratada, se for o caso.

29.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a futura contratada.

29.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos (art. 12, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

29.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

29.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à



proposta de outro licitante.

30. RECURSO(S) ADMINISTRATIVO(S)

30.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

30.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua **INTENÇÃO DE RECORRER**, com registro da síntese de suas razões, isto é, indicando contraqual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s), sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

30.3. A aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) em face dos demais itens do objeto da licitação.

30.4. Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, e será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

30.5. O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo(a) Pregoeiro(a) durante todo o certame licitatório, não sendo meioadequado para impugnar regras do Edital e seus Anexos.

30.6. Havendo registro de **INTENÇÃO DE RECURSO**, o(a) Pregoeiro(a) fará **JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE** da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão da não observância dos pressupostos recursais de admissibilidade.

30.7. Será rejeitada a **INTENÇÃO DE RECURSO** de caráter protelatório que:

- a) seja registrada por quem não tenha legítimo interesse;



- b) seja intempestiva;
 - c) não ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo(a) Pregoeiro(a) no certame;
- e/ou
- d) seja fundamentada em mera insatisfação do licitante, sem alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.

30.8. A apresentação das razões pela recorrente e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata e da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, respectivamente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

30.9. Não é imprescindível haver total correspondência entre os fatos e fundamentos indicados na intenção de recurso e as razões escritas do respectivo recurso.

30.10. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso administrativo, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis na própria Plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>).

30.11. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com o(a) Pregoeiro(a) por intermédio do e-mail bjalicitacao@gmail.com ou, nos dias úteis no horário das 07:00 às 17:00 horas,

30.12. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema, no prazo legal, importa preclusão do direito de recurso, possibilitando a adjudicação do objeto e homologação do certame. A critério do(a) Pregoeiro(a) ou da Autoridade Superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", Constituição Federal de 1988).

30.13. Mesmo que o recurso administrativo não seja conhecida, a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados (Súmula nº 473 do STF e art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

30.14. Não cabe RECURSO ADESIVO por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

30.15. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no art. 165,



§ 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

30.16. Na análise e julgamento do recurso administrativo, poderá o(a) Pregoeiro (a) baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica competente, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.

30.17. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o(a) Pregoeiro(a) deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de JUÍZO DE RETRATAÇÃO:

- a) reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou
- b) manter inalterada a decisão recorrida.

30.18. Qualquer que seja a decisão do(a) Pregoeiro(a), o processo será submetido, depois de devidamente instruído pelo(a) Pregoeiro(a), à apreciação da Autoridade Superior (art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), que poderá:

- a) decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do(a) Pregoeiro(a); OU
- b) determinar prévia emissão de parecer da área técnica e/ou jurídico para subsidiar sua decisão.

30.19. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados. (art. 165, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

30.20. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

31. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

31.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

31.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

31.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou *e-mail*, de acordo com a fase do procedimento licitatório, de acordo com o endereço eletrônico registrado na proposta.

32. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

32.1. Nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

32.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

32.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

32.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

33. REGISTRO DE PREÇOS

Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



33.1. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os particulares **para assinatura da Ata de Registro de Preços - ARP (Anexo IV), no prazo de 1 (um) dia útil**, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecida.

33.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

33.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

33.4. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo da aplicação da(s) penalidade(s) do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

33.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

33.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

33.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

33.8. A Ata de Registro de Preços - ARP terá validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, limitada a 2 (dois) anos.

33.9. Em caso de prorrogação, será garantido o REAJUSTE previsto no item “37 - REAJUSTE”.

33.10. Não serão aceitas propostas para registros de preços com indicação de quantidades inferiores àquelas previstas em cada item do objeto da presente licitação, como também não serão



permitidos registros de mais de um preço por cada item do objeto.

33.11. Poderá haver ADESÃO à ARP por qualquer órgão ou entidade pública não participante do presente certame licitatório, desde que observados os limites, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumentoconvocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes (art. 86, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

33.12. O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 86, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

33.13. É expressamente proibida a participação de órgão ou entidade pública que já participe de outro SRP em andamento, ou integre outra ARP, com objetos semelhantes ao do presente SRP (art. 82, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

33.14. Não poderá haver acréscimo(s) no(s) quantitativo(s) registrado(s) na ARP.

33.15. Caberá à Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT o gerenciamento e controle da ARP no seu próprio interesse, como também a formalização, gestão e fiscalização de suas próprias contratações, observadas as atribuições e competências indicadas na Minuta da ARP (Anexo IV).

33.16. O Particular, titular do Registro de Preços, obriga-se a cumprir integralmente as obrigações contidas na ARP, salvo quando houver cancelamento ou rescisão do registro, submetendo-se às sanções administrativas previstas no item “38 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS” em caso de inadimplência, observado o devido processo legal.

34. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

34.1. Após a homologação da licitação, poderá ser incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

34.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou



fornecedores registrados na ata.

34.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

34.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

34.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

34.5.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

34.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

34.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

34.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

34.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

35. CONTRATAÇÃO

35.1. Previamente à contratação serão consultados os documentos de habilitação da empresa contratada, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, assim como serão verificadas as ocorrências impeditivas indiretas.

35.2. Na hipótese de irregularidades na habilitação, a empresa contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas na cláusula “41 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”.

35.3. A nota de empenho conterá todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações, bem como eventuais sanções aplicáveis nos casos de inadimplemento contratual, e servirá como instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

35.4. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante adjudicatária deverá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir da convocação, o seguinte documento,

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



se for o caso, de declaração de que está regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP - Simples Nacional - para efeito do disposto no inciso XI, art. 4º da IN RFB nº 1234, de 2012, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, conforme modelo constante do Anexo IV da referida IN.

35.5. A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT enviará, por meio do correio eletrônico indicado na proposta, cópia da nota de empenho à contratada, devendo o contrato dar o aceite em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de caracterização da conduta tipificada no art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

35.6. No momento do recebimento da nota de empenho, por meio de correio eletrônico, a contratada deverá indicar responsável, informando os contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT, mantendo tais dados atualizados durante toda a fase de execução da contratação.

35.7. Na hipótese de a licitante vencedora não aceitar a nota de empenho, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a celebração da contratação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, sem prejuízo da aplicação das sanções neste Edital, na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e em outras legislações aplicáveis (art. 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

35.8. Caso nenhuma licitante aceite a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, se for o caso, poderá (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, com vista à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do ofertado pela adjudicatária;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

35.9. A recusa injustificada da adjudicatária em aceitar a nota de empenho no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital e em lei (art. 90, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

35.10. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão as licitantes liberadas do compromisso assumido (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

35.11. Será facultada à Administração a convocação das demais licitantes classificadas para a



contratação de remanescente de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios definidos neste Edital (art. 90, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

36. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

36.1. Uma vez decidida a contratação, a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia

- MT se obriga a:

- a) Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, bem como atestar na Nota Fiscal a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente.
- b) Disponibilizar um servidor para conferir a entrega dos objetos; não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a CONTRATADA.
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- d) Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do objeto.
- e) Efetuar o pagamento da empresa vencedora na forma convencionada nos termos deste Termo, após a apresentação da Nota Fiscal e o aceite realizado pelo servidor responsável pelo recebimento definitivo.
- f) Rejeitar no todo ou em parte, os objetos que a CONTRATADA entregar fora das especificações constantes do presente edital.
- g) A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir sobre qualquer requerimento do Contratado, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- h) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



37. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

37.1. Ao aceitar a nota de empenho, a Contratado obriga-se a cumprir todas as obrigações constantes na contratação, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Executar a entrega dentro dos padrões e prazos estabelecidos, de acordo com as especificações do Termo de Referência e ETP, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.
- b) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho.
- c) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- d) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a administração.
- e) Manter-se, até o término da vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- f) A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega dos materiais objeto deste Termo de Referência e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas.
- g) Comunicar imediatamente à Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, e-mail, conta bancária e outros julgáveis necessários.
- h) Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e as disposições legais vigentes.
- i) Cumprir com o prazo de entrega estipulado neste termo.
- j) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e administração no trabalho, previstas nas



normas regulamentadoras pertinentes;

- k) A proponente deverá manter a estrutura necessária com condições mínimas de pessoal e para atendimento das ordens de fornecimento;
- l) Quando solicitado pelo Município de Bom Jesus do Araguaia - MT, emitir relatório dos fornecimentos realizados, constando data, nº NF, Secretaria/local de entrega, responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos equipamentos e serviços entregues;
- m) Comunicar antecipadamente a data e horário de entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações do Termo de Referência, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- n) Manter a todo momento os padrões sanitários exigidos para o fornecimento do objeto em tela.

38. ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

38.1. A entrega do(s) serviço(s) será(ão) realizada(s) de acordo com a descrição contida no Anexo I - Termo de Referência e ETP.

39. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

39.1. A contratada deverá entregar a Nota Fiscal conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência e ETP.

39.2. O CNPJ constante da Nota Fiscal e/ou DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica) deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

40. REAJUSTE (art. 92, § 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

40.1. A princípio, os preços contratados são irrevogáveis. Entretanto, a nota de empenho decorrente da contratação poderá ser alterada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a partir da data da proposta, mediante negociação entre as partes, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, em caso de força maior, caso fortuito, por ocorrência de fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecido, se for o caso.

40.2. Para efeito do disposto no item anterior, será apreciada a possibilidade da aplicação do

Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,

Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com data-base vinculada à data da proposta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = PIC \times IR$$

Onde:

PR = Preço reajustado

PIC = Preço inicial do contrato

IR = Índice de reajuste

40.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, inclusive decorrente reajuste, deverá ser formulado durante a vigência da contratação e antes de eventual prorrogação.

40.4. Na hipótese de reajuste, a contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste previsto antes da formalização da prorrogação. Na impossibilidade de renúncia ao reajuste, a contratada deverá encaminhar, juntamente com o pedido de reajuste, os respectivos cálculos do valor que entender devido antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual, sob pena de preclusão do direito. Os cálculos apresentados serão submetidos à apreciação da unidade técnica do contratante para deliberação acerca da sua pertinência.

40.5. Na impossibilidade de encaminhar os cálculos antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação, a contratada, mediante justificativa a ser apreciada pelo contratante, poderá solicitar a inclusão de cláusula resguardando o direito de pleitear reequilíbrio até o término da vigência da subsequente prorrogação.

40.6. A Administração também deverá manifestar o interesse no reajuste antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual quando este for do seu interesse, a exemplo de ocorrência de índice negativo.

41. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

41.1. No caso de a licitante ou a contratada incorrer em uma ou mais condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será responsabilizada administrativamente em uma ou mais das sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

41.2. A recusa da licitante vencedora em assinar o contrato de empenho respectiva no prazo

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



estabelecido pela Administração será considerada como inexecução total da obrigação assumida, ensejando a aplicação das sanções previstas em lei e neste Edital.

41.3. Em caso de atraso na entrega, será aplicada multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite máximo de 5% (cinco por cento), nas hipóteses de atraso injustificado na entrega do(s) produto(s). A entrega após esse prazo configura a inexecução parcial do contrato, cuja multa será de 10% (dez por cento) e a não entrega até o dobro do prazo previsto para entrega caracterizará inexecução total do contrato.

41.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

41.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

41.6. O processamento das penalidades seguirá os ditames da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

41.7. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da aplicação da sanção, nos termos do art. 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

42. PROTEÇÃO DOS DADOS

42.1. Ao participar da presente licitação, e em atenção ao que dispõe o art. 7º, I, da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), as licitantes ficam cientes e fornecem consentimento para que a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia- MT, com base no previsto

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



no art. 7º, II e III, c/c o art. 23 Lei Federal nº 13.709, de 2018, irá realizar o tratamento de dados pessoais necessários aos procedimentos preliminares e às contratações públicas, inclusive de alguns de seus sócios, bem como compartilhá-los com órgãos de controle, observados os princípios previstos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018, em especial os princípios da finalidade, da adequação, da necessidade, da segurança e da prevenção. Estão cientes ainda de que é permitido manter e utilizar tais dados pessoais mesmo após a extinção do contrato, para fins de fiscalização e controle dos contratos administrativos, nos termos do art. 16, inciso I da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

42.2. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018 em relação aos dados pessoais a que vierem ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do contrato.

42.3. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, bem como suspensão do repasse de dados pessoais.

42.4. As partes ficam obrigadas a comunicar UMA A OUTRA, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

42.5. A contratada obriga-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venha ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

42.6. Para a execução do objeto, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018 (LGPD), na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a contratada e seus representantes ficam cientes do acesso pelo contratante de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico, cuja divulgação ficará adstrita, em respeito ao princípio da necessidade, ao endereço comercial informado, ressalvadas as hipóteses de divulgação em cumprimento a exigência legal.



43. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

43.1. A despesa decorrente do fornecimento objeto deste pregão, a princípio, correrá à conta dos créditos orçamentários consignados à Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia – MT.

44. DISPOSIÇÕES FINAIS

44.1. Em caso de divergência existente entre as especificações descritas na Plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

44.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília / DF.

44.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

44.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

44.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

44.6. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) e seus auxiliares proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

44.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

44.8. Será divulgada ata da sessão pública na Plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>).

44.9. Os interessados/licitantes obrigam-se ao acompanhamento das informações disponibilizadas, não podendo alegar seu desconhecimento.

44.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

44.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da



condução ou do resultado do processo licitatório.

44.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

44.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

44.14. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentaçãoe/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão eletrônico.

44.15. A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT não se responsabilizará por eventuais danos causados à licitante, decorrentes do uso indevido da senha durante as transações efetuadas, ainda que por terceiros.

44.16. Caso qualquer documento apresentado pela licitante tenha sido emitido em língua estrangeira, este deverá estar acompanhado da respectiva tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e devidamente autenticado pela via consularou registrado em cartório de títulos e documentos.

44.17. Se traduzido para a língua portuguesa no exterior, a tradução deverá ter sido profissional qualificado, segundo as leis do país de origem e os documentos autenticados pela via consular.

44.18. O horário de atendimento presencial do protocolo administrativo da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT é das 07h:00 às 11h:00, e das 13:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira, no horário oficial de Brasília.

45. FORO

45.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Bom Jesus do Araguaia – MT, 19 de Março de 2026.

RHAMILLA MARQUES

Secretaria Municipal de Saúde

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto do presente termo de referência consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO EM CUIABÁ/MT, COM NO MÍNIMO 3 (TRÊS) REFEIÇÕES DIÁRIAS E TRANSPORTE INCLUSOS, A FIM DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT.**

2. JUSTIFICATIVA

O município de Bom Jesus do Araguaia, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, atende pacientes que necessitam de tratamentos médicos especializados, exames de média e alta complexidade e procedimentos contínuos, tais como quimioterapia, radioterapia e hemodiálise, muitos dos quais não são disponibilizados nas unidades de saúde do município. Para a realização desses procedimentos, os pacientes precisam se deslocar até a capital do estado, Cuiabá, localizada a 896km.

Assim, considerando que alguns tratamentos se estendem por vários dias, torna-se inviável o transporte constante dos pacientes e de seus acompanhantes entre Bom Jesus do Araguaia e Cuiabá, em razão da distância, das condições de saúde dos pacientes e dos custos logísticos envolvidos. Dessa forma, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de hospedagem em casa de apoio em Cuiabá, incluindo alimentação adequada e, quando necessário, transporte, revela-se economicamente e logisticamente mais eficiente para a administração pública, além de assegurar maior conforto, segurança e bem-estar aos pacientes durante o período de tratamento.

A prestação desses serviços está diretamente vinculada ao cumprimento de direitos constitucionais fundamentais. A Constituição Federal, em seus artigos 196 e 197, estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, cabendo ao Poder Público regulamentar, fiscalizar e controlar as ações e serviços públicos de saúde, além de promover políticas que garantam acesso universal e igualitário às ações e serviços necessários à manutenção e recuperação da saúde. Garantir hospedagem adequada para pacientes de Bom Jesus do Araguaia que necessitam permanecer em Cuiabá para tratamento é medida essencial para assegurar a continuidade dos procedimentos, prevenir agravos à saúde e permitir a realização de procedimentos de maior complexidade.

Sob a perspectiva da eficiência administrativa e da economicidade, a terceirização do serviço evita a necessidade de manutenção de estrutura própria pelo município, reduzindo custos com imóvel, pessoal, alimentação, manutenção predial, segurança e exigências sanitárias, ao mesmo tempo em que assegura um serviço especializado e de qualidade. A contratação atende plenamente aos dispositivos da Lei nº



14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento da contratação, à demonstração do interesse público e à escolha da proposta mais vantajosa para a administração.

Diante do exposto, resta evidenciada a relevância e a necessidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem em casa de apoio em Cuiabá/MT para pacientes em tratamento médico provenientes de Bom Jesus do Araguaia/MT, garantindo acesso integral aos recursos de saúde disponíveis, promovendo o bem-estar dos pacientes e assegurando a continuidade dos tratamentos, em estrita observância aos princípios constitucionais e legais que regem a administração pública.

3. DETALHAMENTO E ATRIBUIÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1. Quantitativos e valores

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO TCE	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM CUIABÁ/MT - CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO COM, NO MÍNIMO, 3 (TRÊS) REFEIÇÕES DIÁRIAS E APOIO DE TRANSPORTE INCLUSOS	00025576	Diária	4.000	R\$ 108,78	R\$ 435.120,00
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 435.120,00 (Quatrocentos e trinta e cinco mil, cento e vinte reais)						

3.1.1 Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

O objeto da contratação caracteriza-se como serviço comum de natureza contínua, considerando que atende a necessidade permanente da Secretaria Municipal de Saúde relacionada ao encaminhamento de pacientes para tratamento fora do domicílio.

3.1.2 Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

3.1.2.1 Embora a utilização dos serviços ocorra conforme a demanda, a Administração necessita manter a disponibilidade do serviço de forma contínua, a fim de garantir suporte aos pacientes encaminhados para consultas, exames e tratamentos em unidades de referência no município de Cuiabá/MT.

3.1.2.2 Os serviços serão prestados conforme a demanda da Administração Pública, mediante prévia autorização, e a Administração não se obriga a utilizar a totalidade dos quantitativos estimados, sendo o pagamento devido apenas pelos serviços efetivamente prestados.

3.1.3 Prazo de vigência

Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



3.1.3.1 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de sua assinatura, admitida a prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo.

3.1.3.2 A Ata de Registro de Preços, contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3.2. Detalhamento dos serviços

SERVIÇO DE TRANSPORTE

- Serviço prestado de locomoção dos pacientes da central de apoio até os hospitais, clínicas, laboratórios e rodoviária, quando for o caso, de Cuiabá/MT e vice-versa, em tempo suficiente de chegarem no horário marcado para o atendimento. O veículo utilizado para transporte deverá atender os regulamentos dos órgãos competentes. O prazo de tolerância máximo para a espera na Rodoviária na chegada é de 15 (quinze minutos) e para retorno é de 25 (vinte e cinco minutos), devendo ser observada a hora constante na passagem de volta.
- A empresa fica responsável pelo transporte dos pacientes da casa de apoio aos respectivos locais de atendimento, tendo como referência o horário da consulta, exame ou procedimento agendado, quando haver, sem qualquer custo adicional.
- Para os casos especiais, como pacientes em situação de risco e/ou debilitados, a prestação do serviço de transporte deverá ser diferenciada, humanizada e imediata. Entende-se como imediato o serviço prestado de forma instantânea e sem interrupção.

SERVIÇO DE HOSPEDAGEM

- Serviço prestado do horário de chegada do paciente à casa de apoio até o horário do retorno a Bom Jesus do Araguaia/MT. Considera-se como serviço de apoio somado ao pernoite, isto é, os serviços prestados durante aproximadamente 24 (vinte e quatro) horas de permanência do paciente ou mais, a depender da necessidade de cada paciente.
- O prazo para disponibilização de vaga para pacientes será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas após solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.
- Em casos de urgência, a disponibilização da vaga deverá ocorrer de forma imediata, sempre que possível.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO

- Serviço de fornecimento de alimentação, sendo, no mínimo, as 3 (três) refeições principais (café da manhã, almoço e janta), com acompanhamento de nutricionista e de acordo com os padrões de higiene e saúde normatizados pela Vigilância Sanitária.



- Para pacientes com restrições alimentares, deverá haver preparo de dietas conforme as solicitações médicas.
- Não fica obrigada a proponente contratada a fornecer complementos vitamínicos.

DA RECEPÇÃO NA CASA DE APOIO

- A contratada ficará responsável, desde a chegada a casa de apoio, pelo controle de embarque e desembarque dos pacientes, recepcionando-os com informes gerais sobre os serviços ofertados por esta, seguindo do atendimento individual para cadastro, identificação, endereço de onde será prestado o atendimento e verificação dos encaminhamentos de cada paciente.
- A proponente contratada deverá manter um controle dos pacientes que se encontram fora de seus estabelecimentos.
- No período noturno é imprescindível o plantão na recepção.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Previsão no Plano Anual de Contratações

A presente contratação não consta no Plano Anual de Contratações (PAC) do Município, tendo em vista que referido instrumento ainda não foi formalmente elaborado pela Administração Municipal.

Ressalta-se que, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, o Plano Anual de Contratações constitui instrumento de governança voltado ao planejamento das contratações públicas. Entretanto, sua obrigatoriedade foi flexibilizada para municípios de pequeno porte.

Nos termos do art. 176 da Lei nº 14.133/2021, os municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes possuem prazo diferenciado para implementação integral das disposições da nova lei, podendo adotar gradualmente determinados instrumentos de gestão e governança das contratações públicas, entre eles o Plano Anual de Contratações.

Considerando que o Município de Bom Jesus do Araguaia/MT possui população inferior a 20.000 habitantes, a elaboração do PAC ainda se encontra em fase de estruturação administrativa, não configurando irregularidade a ausência da presente contratação nesse instrumento de planejamento.

Destaca-se, contudo, que a necessidade da contratação foi devidamente identificada e justificada no presente processo administrativo, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo a regularidade e a legitimidade do procedimento.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A seguir apresentam-se os requisitos básicos para a contratação de pessoa jurídica visando a prestação de serviços de hospedagem em casa de apoio para pacientes em tratamento médico em Cuiabá/MT, com no mínimo três refeições diárias e transporte inclusos, para atendimento das demandas da rede municipal de saúde do Município de Bom Jesus do Araguaia/MT, pelo período de 12 (doze) meses ininterruptos.

6.1 Sustentabilidade

6.1.1 Adotar práticas de uso racional de água e energia elétrica nas instalações da casa de apoio, como utilização de lâmpadas de baixo consumo energético, equipamentos eficientes e incentivo à redução de desperdícios.

6.1.2 Promover medidas de economia de água, como manutenção preventiva de instalações hidráulicas e uso consciente pelos usuários do serviço.

6.1.3 Realizar a correta separação e destinação de resíduos sólidos gerados nas dependências da casa de apoio, especialmente resíduos recicláveis.

6.1.4 Dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos, observando as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), quando aplicável.

6.1.5 Manter o ambiente limpo, organizado e com manejo adequado de resíduos orgânicos provenientes da preparação de alimentos.

6.2 Subcontratação

6.2.1 À contratada não será permitido realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência prévia do Município de Bom Jesus do Araguaia/MT.

6.2.2 No caso de subcontratação autorizada, a contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas.

6.2.3 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica cuja direção mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou agente público envolvido na contratação ou fiscalização do contrato, ou se forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau.

6.3 Garantia da Contratação

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



6.3.1 Não haverá exigência de garantia nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de contratação de baixo risco, contando a Administração com mecanismos de controle suficientes para assegurar a execução contratual.

6.4 Requisitos Estruturais e de Execução

6.4.1 A contratação deverá oferecer serviços de hospedagem para pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde na cidade de Cuiabá/MT, garantindo alimentação de qualidade com, no mínimo, café da manhã, almoço e jantar.

6.4.2 O atendimento será destinado exclusivamente aos pacientes encaminhados pelo Município de Bom Jesus do Araguaia/MT e respectivos acompanhantes, quando houver indicação, durante a realização ou espera por consultas, exames, procedimentos ou tratamentos médicos autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS). O acesso aos serviços somente ocorrerá mediante prévia autorização da SMS, não sendo devido qualquer pagamento por atendimentos realizados sem autorização ou fora das condições estabelecidas.

6.4.3 Os pacientes e acompanhantes não poderão ser acomodados em leitos tipo beliche, por não atenderem às necessidades de enfermidade.

6.4.4 Os quartos poderão ser coletivos, desde que separados por sexo, sendo vedada a permanência de casais no mesmo quarto.

6.4.5 Para pacientes transplantados, pós-cirúrgicos ou terminais, deverão ser disponibilizados quartos individuais em área de isolamento.

6.4.6 Os quartos poderão abrigar mais de um leito, respeitando afastamento mínimo de 60 cm entre eles.

6.4.7 Cada quarto deverá oferecer iluminação e ventilação natural, além de ventilação auxiliar adequada (ventilador ou ar-condicionado).

6.4.8 A cozinha deverá ser adequada ao preparo de alimentos, livre de focos insalubres, lixo, objetos em desuso, animais, insetos ou roedores, com acesso direto e independente.

6.4.9 A casa de apoio deverá possuir os seguintes elementos:

- Banheiros exclusivos para masculino e feminino, completos (bacia sanitária, pia, descarga, chuveiro elétrico, ducha higiênica e espelho);
- Banheiro adaptado para pessoas com deficiência;
- No mínimo 2 cadeiras de rodas para emergências ou casos especiais;
- Área aberta para fumantes e sinalização de “PROIBIDO FUMAR” nas demais áreas;
- Sala de estar equipada com poltronas, cadeiras e TV;

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



- Local para refeições com higiene, iluminação e acomodação adequadas;
- Instalações hidráulicas e elétricas em perfeitas condições;
- Amplo espaço para estacionamento;
- Área de convívio comum para pacientes e acompanhantes;
- Local coberto para refeições.

6.4.10 A contratada deverá:

- Garantir a manutenção das instalações físicas e reposição de materiais danificados;
- Manter os quartos limpos diariamente, com troca diária de roupas de cama;
- Disponibilizar cadeiras de banho, aparadeiras, cadeiras de rodas e urinol masculino para pacientes com necessidades especiais;
- Notificar imediatamente a SMS sobre alterações de conduta de pacientes ou acompanhantes, incluindo desperdício de refeições, perturbação da ordem, uso de bebidas alcoólicas, agressões, subtração de objetos ou desrespeito às normas da casa;
- Fornecer transporte adequado conforme a necessidade de cada paciente;
- Disponibilizar roupas de cama e banho esterilizadas para pacientes e acompanhantes que não as possuam.

6.5 Requisitos Gerais

6.5.1 Aplicar, quando cabível, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990.

6.5.2 Iniciar a prestação dos serviços imediatamente após a assinatura do contrato.

6.5.3 Observar as normas editadas pelas autoridades de saúde federal, estadual e municipal, incluindo portarias, resoluções e códigos de ética.

6.5.4 Manter cadastro regular junto aos órgãos de fiscalização da categoria, sob pena de rescisão contratual.

6.5.5 Responder integralmente pelos serviços prestados, isentando a Administração de qualquer ato falho, garantindo atendimento humanizado.

6.5.6 Incluir no preço ofertado todas as despesas fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciárias e quaisquer outros encargos necessários ao cumprimento do contrato.

6.5.7 Comprovar capacidade técnica para execução de todos os serviços previstos.

6.5.8 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados devem referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços.

6.6 Capacidade Técnica

6.6.1 A contratada deverá apresentar atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão compatível com o objeto da contratação.

6.6.2 Caso emitido por pessoa jurídica privada, o atestado deverá estar em papel timbrado e com reconhecimento de firma do titular que assinou a declaração.



6.7 Licenças e Autorizações

6.7.1 A empresa vencedora deverá comprovar, como condição para assinatura da ARP/contrato ou início da execução dos serviços, que o estabelecimento está devidamente regularizado perante os órgãos competentes, mediante apresentação de:

- **Alvará de Funcionamento** ou equivalente, expedido pelo município;
- **Alvará Sanitário (Licença Sanitária)** ou equivalente, emitido pela autoridade sanitária competente;
- **Alvará de Segurança contra incêndio e Pânico**, fornecido pelo Corpo de Bombeiros, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- **Alvará de Publicidade**, fornecido pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, conforme Lei Complementar nº 443/2017 em plena validade.

6.7.1.1 Os documentos deverão estar válidos durante toda a execução contratual, cabendo à contratada mantê-los atualizados.

6.7.1.2 A ausência ou perda de validade poderá ensejar suspensão dos serviços até regularização, sem prejuízo das penalidades previstas em contrato e na Lei nº 14.133/2021.

6.7.1.3 A exigência das licenças visa assegurar que o serviço seja prestado em estabelecimento regular, seguro e conforme normas de higiene e saúde pública.

7. SUPORTE LEGAL

A presente licitação será na modalidade de pregão eletrônico com utilização do sistema de registro de preços, tendo fundamento legal no art. 85, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1 Início da execução do objeto: Imediatamente após a assinatura da ARP/contrato ou emissão da ordem de serviço.

8.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, procedimentos, tecnologias, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

8.2.1 Recepção e acolhimento dos pacientes e, quando autorizados, de seus acompanhantes;

8.2.2 Hospedagem em quartos adequados às condições clínicas dos usuários, com limpeza diária e manutenção de roupas de cama e banho;

8.2.3 Fornecimento de três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar), preparadas de acordo com normas sanitárias e dietas específicas, quando necessário;

8.2.4 Transporte seguro dos pacientes entre a casa de apoio e as unidades de saúde para consultas, exames e procedimentos médicos;

8.2.5 Notificação imediata ao Fundo Municipal de Saúde sobre quaisquer alterações na conduta dos pacientes ou ocorrências relevantes durante a estadia;

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



8.2.6 Monitoramento do uso de recursos, manutenção preventiva de instalações hidráulicas, elétricas e equipamentos;

8.2.7 Aplicação de práticas de sustentabilidade, como economia de água e energia e correta separação de resíduos.

8.3 Local e horário da prestação dos serviços

8.3.1 Os serviços serão prestados no endereço da Contratada na cidade de Cuiabá/MT.

8.3.2 Os serviços serão prestados 24 horas por dia, considerando a necessidade de hospedagem, transporte e suporte contínuo aos pacientes, sendo as atividades de transporte e alimentação coordenadas conforme a agenda médica e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

8.4 Rotinas a serem cumpridas

A execução contratual observará as rotinas abaixo:

8.4.1 Recepção e cadastramento de pacientes e acompanhantes;

8.4.2 Limpeza diária de quartos, banheiros e áreas comuns;

8.4.3 Troca diária de roupas de cama e banho;

8.4.4 Preparação e fornecimento das refeições;

8.4.5 Transporte seguro e acompanhado dos pacientes para consultas, exames e procedimentos;

8.4.6 Notificação de ocorrências, registro de consumo e relatório periódico a SMS;

8.4.7 Aplicação de medidas de sustentabilidade e destinação adequada de resíduos.

8.5 Materiais a serem disponibilizados

8.5.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário:

8.5.2 Móveis e utensílios para quartos e áreas comuns (camas adequadas, colchões, armários, cadeiras, mesas, poltronas);

8.5.3 Equipamentos de transporte e mobilidade (cadeiras de rodas, cadeiras de banho, veículos apropriados para transporte de pacientes);

8.5.4 Materiais de limpeza, higiene e manutenção, incluindo produtos de saneamento, roupa de cama e banho esterilizada;

8.5.5 Equipamentos para segurança e comunicação, como sinalização, telefones e sistemas de monitoramento, se aplicável.

9. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

9.1 A ARP ou contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.3 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



9.4 Rotinas de Fiscalização

9.4.1 A execução da ARP ou contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos.

9.4.2 Antes da Assinatura da Ata de Registro de Preços ou contrato administrativo, o Município de Bom Jesus do Araguaia/MT, indicará um servidor para inspecionar e vistoriar as instalações da empresa vencedora, a fim de verificar se a futura CONTRATADA atende às especificações solicitadas no Edital de convocação;

9.4.3 Este servidor será provido de poderes para que, no caso do surgimento de alguma necessidade de adequação do estabelecimento, estipular prazo máximo para a tomada de providências para enquadramento nos requisitos de contratação;

9.4.4 Inspeccionada e devidamente atestado pelo servidor, que por sua vez emitirá o Termo de Qualificação dos Serviços de Hospedagem, comprovando que a empresa está apta a servir aos pacientes e, assim, viabilizando a ARP ou Contrato Administrativo com o Município de Bom Jesus do Araguaia/MT;

9.4.5 Ocorrendo a decretação de empresa inapta para atendimento dos pacientes, não será firmado ARP/contrato entre as partes, além da empresa responder e ser enquadrada nas sanções e penalidades impostas por este instrumento;

9.4.6 O acompanhamento e fiscalização consistem na verificação da conformidade do fornecimento do objeto, devendo ser exercidos pela servidora **Cintia da Silva Luz**, ou na sua ausência um outro servidor indicado pela Secretaria de Saúde, devidamente documentado.

9.4.5 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da ARP ou contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.5 Gestor da Ata de Registro de Preços ou Contrato

Cabe ao gestor da ARP ou contrato:

9.5.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ARP ou contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da ARP/contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.5.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ARP/contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.5.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.5.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



9.5.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.5.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.5.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

9.5.8 receber e dar encaminhamento imediato:

a) às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

b) à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 A avaliação da execução do objeto ocorrerá conforme o disposto nesta seção, mediante verificação da quantidade de diárias efetivamente utilizadas pelos pacientes e acompanhantes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como da regularidade e qualidade dos serviços prestados pela contratada.

10.2 Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar relatório mensal referente ao período de execução, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo do paciente atendido, quantidade de diárias utilizadas no período, número da autorização emitida pela SMS, datas de entrada e saída da casa de apoio e indicação da existência ou não de acompanhante.

10.3 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

a) não produziu os resultados acordados;

b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, os serviços de hospedagem, alimentação, transporte ou demais atividades previstas na contratação;

c) deixou de disponibilizar instalações adequadas, recursos humanos, transporte ou demais estruturas necessárias à adequada prestação dos serviços.

10.4 A fiscalização do contrato poderá utilizar relatórios, registros de hospedagem, inspeções no local da prestação dos serviços e demais instrumentos de controle administrativo para avaliação da execução contratual.

10.5 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

a) quantidade de diárias efetivamente utilizadas por pacientes e acompanhantes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde;

b) apresentação de relatório mensal de hospedagem, contendo identificação dos usuários atendidos, datas de entrada e saída e quantidade de diárias utilizadas;



c) confirmação, pela fiscalização do contrato, da adequada prestação dos serviços de hospedagem, alimentação, transporte e demais condições previstas no Termo de Referência.

10.6 O pagamento será realizado exclusivamente com base nas diárias efetivamente utilizadas, conforme medição mensal devidamente atestada pela fiscalização, não havendo obrigação da Administração de consumir a totalidade dos quantitativos estimados.

10.7 O prazo para recebimento definitivo do objeto será de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento do relatório encaminhado pela Contratada.

10.8 Liquidação

10.8.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

10.8.2 O prazo de que trata o tópico anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

10.8.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.8.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

10.8.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.8.6 A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021:

10.8.6.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

10.8.6.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.8.6.3 Constatando-se, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

10.8.6.4 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,

Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



10.8.6.5 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
10.8.6.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação.

10.9 Forma de pagamento

10.9.1 O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias corridos, contados do atesto na nota fiscal/fatura pelo responsável pelo recebimento;
10.9.2 A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, a descrição da contratação, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;
10.9.3 O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias;
10.9.4 A Secretaria não receberá serviços fornecidos em desacordo com este Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no tópico 14;
10.9.5 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária;
10.9.6 A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.
10.9.7 Antes do pagamento será verificada a regularidade trabalhista e fiscal.
10.9.8 A nota fiscal deverá ser entregue juntamente com as certidões fiscais (FEDERAL, FGTS, MUNICIPAL, ESTADUAL e TRABALHISTA).

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

11.2 Regime de Execução

O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário, considerando que os serviços serão prestados conforme a demanda da Administração, com pagamento realizado de acordo com as diárias efetivamente utilizadas pelos pacientes e, quando autorizado, por seus acompanhantes.

11.3 Critérios de aceitabilidade de preços

Valores unitários: conforme tabela constante no tópico 3 deste Termo de Referência.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



- 12.1 Efetuar o pagamento da prestação dos serviços na forma e prazo estabelecidos no contrato;
- 12.2 O Contratante designará fiscal para acompanhar a fiel execução do contrato, ficando todo e qualquer pagamento submetido à certificação da perfeita e adequada execução do objeto deste Termo;
- 12.3 O Contratante se compromete a fiscalizar o cumprimento das cláusulas do contrato, emitindo relatório, quando considerar necessário, por intermédio do fiscal designado pela Secretaria de Saúde, devendo conter informações acerca da qualidade e eficiência dos serviços executados e sua conformidade com os requisitos do presente termo de referência e da ARP/contrato;
- 12.4 Fornecer ao Contratado todos os dados e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços ora contratados;
- 12.5 Notificar por escrito a licitante quando houver eventuais ocorrências no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;
- 12.6 Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a contratada da total responsabilidade quanto à execução do objeto;
- 12.7 Acompanhar a prestação dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da prestação; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Termo;
- 12.8 Efetuar a autorização, em formulário próprio padronizado pela Secretaria Municipal de Saúde, para encaminhamento dos pacientes à casa de apoio;
- 12.9 A Prefeitura Municipal não será responsável por qualquer dano ou prejuízo provocado pela alteração de conduta do paciente ou acompanhante. A Contratada deverá responsabilizar o próprio causador diretamente ou através de ações judiciais;
- 12.10 Nenhuma outra remuneração será devida ao Contratado, a qualquer título ou natureza, decorrentes de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relativos ao cumprimento das obrigações estabelecidas no presente instrumento. Fica convencionado que não há relação de emprego entre o Contratante e o Contratado, estando este contrato disciplinado pelos artigos 593 e seguintes do Código Civil.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1 Observar as normas legais e regulamentares pertinentes a Contratante, quando aplicáveis a execução do objeto contratado;
- 13.2 Atender de forma humanizada ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo, na forma da lei;



13.3 Levar ao conhecimento da Contratante, formalmente e por escrito, as irregularidades que tiver ciência em razão da execução do contrato e/ou que constituam obstáculo a sua fiel execução;

13.4 Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

13.5 Tratar com respeito toda e qualquer pessoa com quem mantiver contato em decorrência da execução deste contrato;

13.6 Não se valer do presente contrato para lograr proveito ilícito pessoal ou de outrem;

13.7 Não exercer quaisquer atividades incompatíveis a execução do presente contrato ou contrárias a política da Rede Municipal de Saúde de Bom Jesus do Araguaia;

13.8 Não praticar em razão da execução deste contrato, ato definido como crime e/ou contravenção, ou ainda ofensa física ou verbal, a qualquer pessoa;

13.9 Não opor resistência injustificada a execução dos serviços objeto deste contrato;

13.10 Apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto;

13.11 Comunicar a Contratante, o interesse na desistência de cumprimento do presente contrato, por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para efeito de sua rescisão;

13.12 Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Bom Jesus do Araguaia. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

13.13 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

13.14 Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

13.15 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

13.16 A empresa fica obrigada a cumprir as regras estabelecidas no contrato, sob pena de suspensão dos serviços e aplicação de demais sanções cabíveis;

13.17 Realizar os serviços considerados de emergência com prioridade;

13.18 Dispor de capacidade técnica para realização de todos os serviços para os quais tem interesse;



13.19 Manter em seu quadro de pessoal profissionais habilitados a executar os procedimentos;

13.20 Ser responsável, em relação aos seus prestadores de serviços, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato;

13.21 Manter, durante o período de vigência do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram a habilitação, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;

13.22 Justificar formalmente ao órgão contratante, eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços, objeto do contrato;

13.23 Manter as informações e dados do órgão contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio;

13.24 A prestação de serviços deverá observar as normas editadas pelas autoridades de saúde a nível Federal, Estadual e Municipal, cumprindo-se os dispositivos de leis, portarias, resoluções, códigos de ética e outras espécies normativas pertinentes;

13.25 A Contratada deverá manter-se cadastrada junto aos órgãos de fiscalização da sua categoria, sob pena de rescisão contratual;

13.26 A Contratada responderá por todos os serviços prestados no atendimento ao paciente, isentando integralmente a Contratante de todo e qualquer ato falho em que o paciente se sentir lesado, devendo prestar atendimento humanizado a todos os pacientes encaminhados aos seus cuidados.

14. DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Ao contratado que descumprir total ou parcialmente, ainda que temporariamente, as obrigações assumidas, serão aplicadas as seguintes sanções, previstas nos artigos 156 e 162, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como nas cláusulas específicas do contrato:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo entre 3 (três) anos e 6 (seis) anos;

14.2 Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 2º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;



14.3 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

14.4 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, quando o contratado injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

14.5 Impedimento de contratar com o Município pelo período de até 03 (três) anos;

14.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo período de no mínimo 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

14.7 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subtópico 14.1. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II;

14.8 A aplicação das sanções previstas no subtópico 14.1. não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

14.9 As sanções previstas no subtópico 14.1. deverão ser pagas em até 5 (cinco) dias úteis contados da notificação à contratada, após conclusão processo de responsabilização realizado por comissão de servidores públicos;

14.10 Em não havendo o pagamento voluntário, a administração municipal poderá:

14.10.1 Descontar o valor da multa dos pagamentos porventura devidos à contratada;

14.10.2 Descontar da garantia contratual, se houver, caso a multa seja de valor superior aos créditos do apenado, devendo aquela ser recomposta no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de restar configurada a inexecução contratual;

14.10.3 Inscrevê-la em dívida ativa para futura cobrança judicial, na impossibilidade de adoção das medidas prevista pelos subitens 13.10.1. e 14.10.2.

14.11 Ocorrendo à inexecução de que trata o tópico 14.1., reserva-se ao órgão contratante o direito de convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para assumir a obrigação nas mesmas condições propostas pela primeira classificada;

14.12 A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM) e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado sem prejuízo das demais cominações;

14.13 No caso de admissão da reabilitação da Contratada perante a Contratante, conforme artigo 163 da Lei nº 14.133/2021, serão exigidos cumulativamente.

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;



- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subtópico.

14.14 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Termo de Referência, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10	SAUDE	
Sub-Função	301	ATENÇÃO BASICA	
Programa	0009	SAUDE PARA TODOS	
Atividade	2105	Manutenção do Tratamento Fora do Município TFD	
Despesa		Descrição	Reduzido
3.3.90		Aplicações Diretas	108
Elemento		39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	
Sub- Elemento		80- HOSPEDAGENS	
		Fonte	
		1.500.000000	

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1 Eventuais omissões serão resolvidas pelo setor de Compras e Licitações, com base na Lei nº 14.133/2021 e nos princípios que regem a administração pública.

16.2 A elaboração do presente Termo de Referência é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde deste Município.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Saúde

OBJETO: Análise e definição da solução mais adequada para garantir suporte e acolhimento aos pacientes do município que necessitam deslocar-se para o município de Cuiabá/MT para realização de consultas especializadas, exames, procedimentos e tratamentos médicos ofertados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, mas que não estão disponíveis na rede municipal de saúde de Bom Jesus do Araguaia/MT.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade apresentada decorre da responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde em assegurar o acesso integral da população aos serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente quando tais serviços não estão disponíveis na rede municipal. Embora o município disponha de certa estrutura para atendimento à população, diversos procedimentos, consultas especializadas, exames de maior complexidade e tratamentos específicos são ofertados apenas em unidades localizadas na capital do Estado, Cuiabá/MT. Em razão disso, o município realiza o encaminhamento de pacientes para atendimento nessas unidades, a fim de garantir a continuidade do cuidado e a efetividade das ações de saúde.

Nessa dinâmica, é recorrente a necessidade de deslocamento de pacientes para Cuiabá/MT para realização de consultas especializadas, exames diagnósticos, procedimentos hospitalares, tratamentos prolongados e acompanhamentos periódicos. Em muitos casos, tais atendimentos demandam permanência na capital por períodos superiores a um dia, seja em função da agenda dos serviços de saúde, da realização de múltiplos procedimentos, da necessidade de retornos em curto intervalo de tempo ou das próprias condições clínicas dos pacientes. Além disso, determinados usuários necessitam estar acompanhados durante o tratamento, conforme previsão normativa do SUS e avaliação médica, o que amplia a demanda por estrutura de apoio durante a permanência fora do município de origem.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de o município dispor de solução que possibilite o acolhimento e a permanência temporária de pacientes e, quando necessário, de seus acompanhantes, durante o período em que estiverem na capital para realização de tratamentos, consultas e exames ofertados pelo SUS, mas indisponíveis na rede municipal. A inexistência de estrutura adequada para esse fim pode comprometer o acesso efetivo aos serviços de saúde, gerar dificuldades logísticas para os usuários e aumentar a vulnerabilidade social dos pacientes em tratamento fora do domicílio.

Assim, a presente demanda consiste em identificar e analisar alternativas viáveis que permitam ao município garantir suporte adequado aos pacientes encaminhados para atendimento em Cuiabá/MT, assegurando condições dignas de permanência durante o período necessário para realização dos procedimentos de saúde. O Estudo Técnico Preliminar tem, portanto, a finalidade de avaliar as possíveis soluções que atendam a essa necessidade, observando os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público, bem como a garantia do acesso contínuo e humanizado aos serviços de saúde disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde.



2. DA JUSTIFICATIVA

A justificativa para a presente demanda fundamenta-se na análise das necessidades da população do município de Bom Jesus do Araguaia, considerando aspectos demográficos, socioeconômicos e estruturais relacionados ao acesso aos serviços de saúde pública. O município está localizado na região nordeste do estado de Mato Grosso, caracterizada por grandes distâncias entre centros urbanos e significativa dependência dos serviços ofertados por municípios de maior porte e pela capital do Estado.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município possui população estimada em aproximadamente 8 mil habitantes, conforme a estimativa mais recente. Em comparação ao censo realizado em 2010, observa-se crescimento populacional ao longo da última década, fator que tende a ampliar a demanda por serviços públicos essenciais, especialmente na área da saúde. Esse aumento populacional impõe desafios à capacidade de atendimento da rede local, que, embora estruturada para oferta de serviços de atenção básica, não dispõe de todos os recursos necessários para a realização de procedimentos especializados, exames de maior complexidade e atendimentos médicos específicos.

Nesse contexto, parte significativa das demandas de média e alta complexidade precisa ser encaminhada para municípios que concentram unidades de referência do Sistema Único de Saúde, especialmente o município de Cuiabá, onde se encontram hospitais, clínicas especializadas e centros de diagnóstico responsáveis pela realização de consultas com especialistas, exames avançados, tratamentos específicos e procedimentos hospitalares.

O deslocamento de pacientes para outros municípios, especialmente para a capital do Estado, é prática recorrente na organização do sistema público de saúde, sobretudo em municípios de pequeno porte e com baixa densidade populacional. No entanto, essa dinâmica gera desafios logísticos e assistenciais relevantes, especialmente nos casos em que os pacientes necessitam permanecer na cidade de referência por períodos superiores a um dia, seja em razão da realização de múltiplos procedimentos, da necessidade de retorno em curto intervalo de tempo ou das próprias condições clínicas que exigem acompanhamento mais próximo durante o tratamento.

A inexistência de estrutura ou mecanismos adequados de apoio durante esse período de permanência fora do município pode gerar dificuldades significativas para os pacientes e seus familiares, especialmente para aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social. Muitos usuários do sistema público de saúde não dispõem de condições financeiras para custear despesas relacionadas à hospedagem, alimentação e deslocamentos internos nas cidades onde realizam seus tratamentos, o que pode comprometer o acesso efetivo aos serviços de saúde disponibilizados pelo SUS.

A situação socioeconômica observada em municípios de pequeno porte do interior do estado reforça essa realidade. Nessas localidades, parcela expressiva da população depende exclusivamente da rede pública de saúde e possui recursos financeiros limitados para arcar com custos adicionais decorrentes de deslocamentos para tratamento em centros urbanos maiores. Esse contexto aumenta a importância de políticas públicas que assegurem condições adequadas para que os pacientes possam acessar os serviços especializados necessários à continuidade do cuidado em saúde.

Entre os impactos positivos esperados com a implementação de solução voltada ao atendimento dessa necessidade, destaca-se a melhoria das condições de acesso da população aos serviços de média e alta complexidade, a redução de dificuldades logísticas enfrentadas pelos pacientes durante o tratamento fora do domicílio e o fortalecimento da continuidade da assistência em saúde. A adoção de medidas que

Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,

Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



ofereçam suporte aos pacientes durante esses deslocamentos também contribui para a humanização do atendimento e para a efetivação do direito à saúde, princípio fundamental do sistema público de saúde brasileiro.

Por outro lado, a ausência de medidas estruturadas para enfrentar essa demanda pode gerar impactos negativos relevantes, tais como o aumento das dificuldades enfrentadas pelos pacientes durante o tratamento fora do município, a possibilidade de perda ou cancelamento de consultas e exames previamente agendados, a interrupção de tratamentos médicos e o agravamento de quadros clínicos decorrentes da falta de continuidade da assistência. Além disso, essa situação pode ampliar a vulnerabilidade social de pacientes e familiares, especialmente daqueles que não dispõem de recursos próprios para custear despesas relacionadas ao deslocamento e à permanência em outras cidades.

Diante desse cenário, torna-se necessário que a Administração Pública municipal avalie alternativas capazes de oferecer suporte adequado aos pacientes encaminhados para tratamento em outros municípios, especialmente na capital do Estado. A análise dessa necessidade visa subsidiar a identificação da solução mais adequada, considerando critérios de viabilidade técnica, econômica e operacional, de forma a garantir o acesso efetivo da população de Bom Jesus do Araguaia aos serviços especializados de saúde disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado tem como objetivo identificar, analisar e caracterizar as alternativas disponíveis no mercado para atendimento da demanda relacionada ao acolhimento de pacientes encaminhados pelo município para realização de consultas, exames e tratamentos de saúde no município de Cuiabá, de forma a subsidiar a escolha da solução mais adequada às necessidades da Administração Pública.

Nesse contexto, o município realiza encaminhamentos frequentes de pacientes para unidades de referência localizadas na capital do Estado, em razão da inexistência de determinados serviços especializados na rede municipal. Em diversas situações, os pacientes necessitam permanecer na cidade por períodos superiores a um dia, seja em função da agenda dos atendimentos, da realização de múltiplos procedimentos ou da necessidade de acompanhamento médico contínuo.

Diante dessa realidade, torna-se necessária a identificação de soluções existentes no mercado que permitam oferecer suporte adequado aos pacientes e, quando necessário, aos seus acompanhantes, garantindo condições dignas de permanência durante o período de tratamento fora do domicílio.

O levantamento foi orientado pelos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposto nos arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021.

3.1. Técnicas de coleta de dados adotadas

Para a condução do levantamento de mercado, foram utilizadas técnicas compatíveis com a natureza do objeto e com o grau de complexidade da contratação, destacando-se:

- análise de contratações similares realizadas por outros municípios e entes públicos, relacionadas à prestação de serviços de casa de apoio para pacientes em tratamento fora do domicílio;
- consulta a editais e contratos disponíveis em portais oficiais de compras públicas;



- análise das práticas de mercado adotadas por estabelecimentos especializados em hospedagem assistida para pacientes em tratamento médico;
- verificação da capacidade do mercado fornecedor para prestação integrada de serviços de hospedagem, alimentação e transporte de pacientes.

As técnicas adotadas mostraram-se suficientes para a obtenção de informações relevantes, confiáveis e adequadas à tomada de decisão no âmbito do Estudo Técnico Preliminar.

3.2. Exame das alternativas disponíveis no mercado

O levantamento realizado permitiu identificar que o mercado dispõe de diferentes alternativas para atendimento da necessidade de acolhimento de pacientes em tratamento fora do domicílio.

Entre as soluções possíveis, destacam-se:

Solução 1 - Concessão de auxílio financeiro aos pacientes

Uma das alternativas consiste na concessão de auxílio financeiro aos pacientes encaminhados para tratamento em outro município, com o objetivo de custear despesas relacionadas à hospedagem, alimentação e deslocamento.

Entretanto, essa solução apresenta limitações relacionadas ao controle da aplicação dos recursos públicos, à garantia da qualidade da hospedagem e da alimentação, bem como à segurança dos pacientes durante sua permanência fora do município. Além disso, muitos usuários do sistema público de saúde encontram-se em situação de vulnerabilidade social, o que pode dificultar a gestão individual dessas despesas.

Solução 2 - Contratação separada de serviços de hospedagem, alimentação e transporte

Outra alternativa consiste na contratação individualizada de serviços de hospedagem, alimentação e transporte, mediante contratos distintos.

Embora essa solução seja possível sob o ponto de vista administrativo, ela tende a gerar maior complexidade operacional para o município, exigindo a gestão simultânea de múltiplos contratos, além de maior esforço logístico para coordenação entre diferentes prestadores de serviços.

Além disso, há risco de descontinuidade ou incompatibilidade entre os serviços contratados, o que pode comprometer a eficiência do atendimento aos pacientes.

Solução 3 - Contratação de casa de apoio com hospedagem, alimentação e transporte

A terceira alternativa identificada consiste na contratação de estabelecimento especializado na prestação de serviços de casa de apoio para pacientes em tratamento médico, incluindo hospedagem, alimentação e transporte para deslocamento até unidades de saúde.

Esse modelo é amplamente utilizado por municípios que realizam encaminhamentos frequentes de pacientes para centros de referência em saúde, pois permite concentrar em um único contrato os serviços essenciais ao acolhimento dos usuários.

Além de simplificar a gestão administrativa, essa solução garante maior organização logística, padronização das condições de atendimento e melhor suporte aos pacientes e acompanhantes durante o período de permanência na cidade de tratamento.



3.3. Planejamento e alinhamento com as práticas de mercado

A análise das práticas adotadas por outros entes públicos demonstrou que a contratação de serviços de casa de apoio constitui solução amplamente utilizada para atendimento de pacientes em tratamento fora do domicílio.

O modelo adotado pelo mercado geralmente contempla:

- disponibilização de hospedagem adequada para pacientes e acompanhantes;
- fornecimento de refeições diárias;
- transporte para deslocamento dos pacientes entre a casa de apoio e as unidades de saúde onde serão realizados os atendimentos.

Essa solução permite maior organização da logística de atendimento e contribui para a humanização do cuidado aos pacientes encaminhados para tratamento em centros especializados.

Além disso, a existência de empresas e estabelecimentos especializados nesse tipo de serviço demonstra a viabilidade da contratação e a capacidade do mercado fornecedor de atender às necessidades da Administração Pública.

3.4. Solução e regime de execução

A definição da solução para atendimento da demanda deve observar a natureza do objeto, o grau de complexidade da contratação e as condições de oferta existentes no mercado.

Considerando que o objeto consiste na prestação de serviços comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e amplamente disponíveis no mercado, verificou-se que a solução mais adequada consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de casa de apoio localizada no município de Cuiabá.

A solução deverá contemplar, de forma integrada:

- hospedagem para pacientes encaminhados pelo município e, quando necessário, para seus acompanhantes;
- fornecimento de refeições adequadas durante o período de permanência;
- transporte para deslocamento dos pacientes entre a casa de apoio e as unidades de saúde onde serão realizados os atendimentos.

A prestação integrada desses serviços possibilita maior eficiência administrativa, melhor organização logística e maior conforto e segurança para os pacientes atendidos.

3.5. Conclusões quanto à solução identificada

A análise das alternativas disponíveis no mercado demonstra que a contratação de casa de apoio com serviços integrados apresenta vantagens relevantes em comparação às demais opções analisadas.

Entre os principais benefícios identificados, destacam-se:

- simplificação da gestão administrativa, com a celebração de um único contrato;
- maior previsibilidade de custos para a Administração Pública;
- padronização das condições de hospedagem e alimentação;
- melhoria do suporte logístico aos pacientes;
- maior segurança e conforto durante o período de permanência fora do município.



Dessa forma, conclui-se que a contratação de casa de apoio com fornecimento de hospedagem, refeições e transporte constitui solução adequada, viável e vantajosa para atendimento da necessidade identificada.

3.6. Forma de seleção do fornecedor e modalidade de licitação

Considerando que os serviços a serem contratados possuem natureza comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado, verifica-se que a modalidade de licitação mais adequada é o pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A adoção do pregão eletrônico possibilita a ampliação da competitividade entre os licitantes, maior transparência do processo licitatório, redução de custos administrativos e maior eficiência na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Adicionalmente, recomenda-se a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), instrumento que permite à Administração registrar formalmente os preços ofertados pelos licitantes vencedores para futuras e eventuais contratações, conforme a necessidade da Administração, durante o período de vigência da ata de registro de preços.

A utilização do SRP mostra-se adequada diante da possibilidade de demandas parceladas e da necessidade de maior flexibilidade na execução dos serviços, permitindo contratações conforme a efetiva necessidade do órgão, evitando contratações em quantitativos superiores ao necessário e proporcionando maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por meio de pregão eletrônico, adotando-se o Sistema de Registro de Preços, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

3.7. Critério de julgamento

O critério de julgamento deverá estar alinhado ao objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Considerando que o objeto possui especificações técnicas padronizadas e que a qualidade mínima do serviço poderá ser assegurada por meio das exigências de habilitação e das condições estabelecidas no termo de referência, conclui-se que o critério de menor preço mostra-se o mais adequado.

Nesse modelo, a competição entre os licitantes ocorre principalmente em relação ao preço, garantindo economicidade sem prejuízo da qualidade do serviço prestado.

3.8. Modo de disputa

Quanto ao modo de disputa, recomenda-se a adoção do modo de disputa aberto, no qual os licitantes apresentam lances sucessivos e decrescentes durante a fase competitiva.

Esse modelo é amplamente utilizado em pregões eletrônicos e contribui para estimular a competitividade entre os participantes, possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

3.9. Conclusão do estudo de mercado

Diante das informações levantadas no estudo de mercado, verifica-se que há disponibilidade de fornecedores aptos a prestar serviços de casa de apoio destinados ao acolhimento de pacientes em

Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,

Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



tratamento médico fora do domicílio. Observa-se também a existência, no mercado, de estabelecimentos especializados que oferecem estrutura adequada para hospedagem de pacientes e acompanhantes, incluindo serviços complementares como alimentação e transporte para deslocamento até unidades de saúde onde são realizados consultas, exames e procedimentos médicos.

Nesse contexto, a contratação integrada desses serviços apresenta vantagens relevantes para a Administração Pública, ao simplificar a gestão contratual, concentrar responsabilidades em um único prestador e proporcionar melhores condições de atendimento e suporte aos pacientes encaminhados pelo município. Dessa forma, conclui-se que a solução analisada mostra-se viável sob os aspectos técnico, econômico e operacional, atendendo de maneira adequada às necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Assim, o estudo de mercado fornece suporte adequado para o prosseguimento da contratação, recomendando-se a realização de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, visando à contratação de serviços de casa de apoio no município de Cuiabá para atendimento dos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A seguir apresentam-se os requisitos básicos para a contratação de pessoa jurídica visando a prestação de serviços de hospedagem em casa de apoio para pacientes em tratamento médico em Cuiabá/MT, com no mínimo três refeições diárias e transporte inclusos, para atendimento das demandas da rede municipal de saúde do Município de Bom Jesus do Araguaia/MT, pelo período de 12 (doze) meses ininterruptos.

4.1 Sustentabilidade

4.1.1 Adotar práticas de uso racional de água e energia elétrica nas instalações da casa de apoio, como utilização de lâmpadas de baixo consumo energético (LED), equipamentos eficientes e incentivo à redução de desperdícios.

4.1.2 Promover medidas de economia de água, como manutenção preventiva de instalações hidráulicas e uso consciente pelos usuários do serviço.

4.1.3 Realizar a correta separação e destinação de resíduos sólidos gerados nas dependências da casa de apoio, especialmente resíduos recicláveis.

4.1.4 Dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos, observando as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), quando aplicável.

4.1.5 Manter o ambiente limpo, organizado e com manejo adequado de resíduos orgânicos provenientes da preparação de alimentos.

4.2 Subcontratação



4.2.1 À contratada não será permitido realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência prévia do Município de Bom Jesus do Araguaia/MT.

4.2.2 No caso de subcontratação autorizada, a contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas.

4.2.3 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica cuja direção mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou agente público envolvido na contratação ou fiscalização do contrato, ou se forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau.

4.3 Garantia da Contratação

4.3.1 Não haverá exigência de garantia nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de contratação de baixo risco, contando a Administração com mecanismos de controle suficientes para assegurar a execução contratual.

4.4 Requisitos Estruturais e de Execução

4.4.1 A contratação deverá oferecer serviços de hospedagem para pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde na cidade de Cuiabá/MT, garantindo alimentação de qualidade com, no mínimo, café da manhã, almoço e jantar.

4.4.2 O atendimento será destinado exclusivamente aos pacientes encaminhados pelo Município de Bom Jesus do Araguaia/MT e respectivos acompanhantes, quando houver indicação, durante a realização ou espera por consultas, exames, procedimentos ou tratamentos médicos autorizados pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS).

O acesso aos serviços somente ocorrerá mediante prévia autorização da SMS, não sendo devido qualquer pagamento por atendimentos realizados sem autorização ou fora das condições estabelecidas.

4.4.3 Os pacientes e acompanhantes não poderão ser acomodados em leitos tipo beliche, por não atenderem às necessidades de enfermidade.

4.4.4 Os quartos poderão ser coletivos, desde que separados por sexo, sendo vedada a permanência de casais no mesmo quarto.

4.4.5 Para pacientes transplantados, pós-cirúrgicos ou terminais, deverão ser disponibilizados quartos individuais em área de isolamento.

4.4.6 Os quartos poderão abrigar mais de um leito, respeitando afastamento mínimo de 60 cm entre eles.



4.4.7 Cada quarto deverá oferecer iluminação e ventilação natural, além de ventilação auxiliar adequada (ventilador ou ar-condicionado).

4.4.8 A cozinha deverá ser adequada ao preparo de alimentos, livre de focos insalubres, lixo, objetos em desuso, animais, insetos ou roedores, com acesso direto e independente.

4.4.9 A casa de apoio deverá possuir os seguintes elementos:

- Banheiros exclusivos para masculino e feminino, completos (bacia sanitária, pia, descarga, chuveiro elétrico, ducha higiênica e espelho);
- Banheiro adaptado para pessoas com deficiência;
- No mínimo 2 cadeiras de rodas para emergências ou casos especiais;
- Área aberta para fumantes e sinalização de “PROIBIDO FUMAR” nas demais áreas;
- Sala de estar equipada com poltronas, cadeiras e TV;
- Local para refeições com higiene, iluminação e acomodação adequadas;
- Instalações hidráulicas e elétricas em perfeitas condições;
- Amplo espaço para estacionamento;
- Área de convívio comum para pacientes e acompanhantes;
- Local coberto para refeições.

4.4.10 A contratada deverá:

- Garantir a manutenção das instalações físicas e reposição de materiais danificados;
- Manter os quartos limpos diariamente, com troca diária de roupas de cama;
- Disponibilizar cadeiras de banho, aparadeiras, cadeiras de rodas e urinol masculino para pacientes com necessidades especiais;
- Notificar imediatamente o FMS sobre alterações de conduta de pacientes ou acompanhantes, incluindo desperdício de refeições, perturbação da ordem, uso de bebidas alcoólicas, agressões, subtração de objetos ou desrespeito às normas da casa;
- Fornecer transporte adequado conforme a necessidade de cada paciente;
- Disponibilizar roupas de cama e banho esterilizadas para pacientes e acompanhantes que não as possuam.

4.5 Requisitos Gerais

4.5.1 Aplicar, quando cabível, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990.

4.5.2 Iniciar a prestação dos serviços imediatamente após a assinatura do contrato.

4.5.3 Observar as normas editadas pelas autoridades de saúde federal, estadual e municipal, incluindo portarias, resoluções e códigos de ética.

4.5.4 Manter cadastro regular junto aos órgãos de fiscalização da categoria, sob pena de rescisão contratual.



4.5.5 Responder integralmente pelos serviços prestados, isentando a Administração de qualquer ato falho, garantindo atendimento humanizado.

4.5.6 Incluir no preço ofertado todas as despesas fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciárias e quaisquer outros encargos necessários ao cumprimento do contrato.

4.5.7 Comprovar capacidade técnica para execução de todos os serviços previstos.

4.5.8 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados devem referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços.

4.6 Capacidade Técnica

4.6.1 A contratada deverá apresentar atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão compatível com o objeto da contratação.

4.6.2 Caso emitido por pessoa jurídica privada, o atestado deverá estar em papel timbrado e com reconhecimento de firma do titular que assinou a declaração.

4.7 Licenças e Autorizações

4.7.1 A empresa vencedora deverá comprovar, como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços ou início da execução dos serviços, que o estabelecimento está devidamente regularizado perante os órgãos competentes, mediante apresentação de:

- **Alvará de Funcionamento** ou equivalente, expedido pelo município;
- **Alvará Sanitário (Licença Sanitária)** ou equivalente, emitido pela autoridade sanitária competente.

4.7.1.1 Os documentos deverão estar válidos durante toda a execução contratual, cabendo à contratada mantê-los atualizados.

4.7.1.2 Caso ainda não possua os documentos no momento da licitação, poderá ser concedido prazo antes do início da execução, desde que demonstrada a viabilidade de obtenção.

4.7.1.3 A ausência ou perda de validade poderá ensejar suspensão dos serviços até regularização, sem prejuízo das penalidades previstas em contrato e na Lei nº 14.133/2021.

4.7.1.4 A exigência das licenças visa assegurar que o serviço seja prestado em estabelecimento regular, seguro e conforme normas de higiene e saúde pública.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Para estimativa das quantidades, foram seguidas as seguintes etapas:

- Levantamento de necessidade da prestação dos serviços de hospedagem em casa de apoio em Cuiabá/MT nos últimos 12 (doze) meses.
- Levantamento de demanda na rede municipal de saúde atualmente.

Após análise contextualizada da demanda, pôde-se definir o quantitativo necessário à garantia da prestação dos serviços de hospedagem em casa de apoio, conforme segue.



ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO TCE	UN.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM CUIABÁ/MT - CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO COM, NO MÍNIMO, 3 (TRÊS) REFEIÇÕES DIÁRIAS E APOIO DE TRANSPORTE INCLUSOS	00025576	Diária	4.000	R\$108,78	R\$ 435.120,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 435.120,00

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com base em soluções encontradas, estima-se que a contratação terá um valor de R\$ 435.120,00 (Quatrocentos e trinta e cinco mil, cento e vinte reais)

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de casa de apoio no município de Cuiabá/MT, destinada ao acolhimento de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus do Araguaia/MT para realização de consultas, exames, procedimentos e tratamentos médicos em unidades de referência localizadas na capital do Estado.

A contratação visa assegurar condições adequadas de permanência aos pacientes que necessitam permanecer em Cuiabá por períodos superiores a um dia em razão da agenda de atendimentos, da realização de múltiplos procedimentos ou da necessidade de acompanhamento médico contínuo, garantindo acolhimento digno, seguro e organizado durante o tratamento fora do domicílio.

A solução contempla a prestação integrada dos seguintes serviços:

- Hospedagem para pacientes encaminhados pelo município e, quando necessário, para seus respectivos acompanhantes, em estrutura adequada às condições de saúde dos usuários;

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



- Fornecimento de alimentação diária, com no mínimo café da manhã, almoço e jantar, preparados em ambiente adequado e em conformidade com as normas sanitárias;
- Transporte dos pacientes, garantindo o deslocamento entre a casa de apoio e as unidades de saúde onde serão realizados os atendimentos médicos.

A casa de apoio deverá possuir estrutura física adequada para acolhimento de pacientes em tratamento de saúde, incluindo quartos apropriados, banheiros adaptados, área de convivência, espaço para refeições, equipamentos de apoio à mobilidade e demais condições que assegurem conforto, segurança, higiene e acessibilidade aos usuários do serviço.

Além disso, a prestação do serviço deverá observar requisitos de qualidade, atendimento humanizado, manutenção adequada das instalações e cumprimento das normas sanitárias e de saúde pública vigentes, bem como práticas de sustentabilidade relacionadas ao uso racional de recursos naturais e à correta destinação de resíduos.

A contratação será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando a natureza comum dos serviços e a necessidade de contratações conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. O critério de julgamento será o menor preço, buscando garantir economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A solução proposta apresenta-se tecnicamente viável, economicamente adequada e operacionalmente eficiente, permitindo à Administração Pública oferecer suporte estruturado aos pacientes encaminhados para tratamento fora do domicílio, ao mesmo tempo em que simplifica a gestão administrativa, concentra responsabilidades em um único prestador e assegura maior organização logística no atendimento das demandas da rede municipal de saúde.

8. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública. Contudo, no presente caso, a contratação de serviço de casa de apoio com hospedagem na cidade de Cuiabá para atendimento de pacientes e acompanhantes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde não se mostra adequada ao parcelamento.

O objeto caracteriza-se como serviço integrado, envolvendo hospedagem, acolhimento, alimentação, limpeza, manutenção e suporte aos usuários em um mesmo ambiente. A eventual divisão do objeto em múltiplos contratos poderia comprometer a padronização do atendimento, a gestão operacional do serviço e a responsabilidade pela execução, além de gerar dificuldades na coordenação entre diferentes prestadores.

Ademais, o parcelamento ocasionaria aumento de custos administrativos e operacionais, decorrentes da necessidade de gerenciamento simultâneo de diversos contratos, bem como possíveis conflitos de responsabilidade quanto à prestação adequada do serviço aos pacientes.

Dessa forma, considerando a natureza indivisível e interdependente das atividades que compõem o serviço, bem como a necessidade de garantir eficiência, continuidade, qualidade do atendimento e



melhor gestão contratual, conclui-se que o não parcelamento do objeto é a solução mais adequada e vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação não consta no Plano Anual de Contratações (PAC) do Município, tendo em vista que referido instrumento ainda não foi formalmente elaborado pela Administração Municipal.

Ressalta-se que, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, o Plano Anual de Contratações constitui instrumento de governança voltado ao planejamento das contratações públicas. Entretanto, sua obrigatoriedade foi flexibilizada para municípios de pequeno porte.

Nos termos do art. 176 da Lei nº 14.133/2021, os municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes possuem prazo diferenciado para implementação integral das disposições da nova lei, podendo adotar gradualmente determinados instrumentos de gestão e governança das contratações públicas, entre eles o Plano Anual de Contratações.

Considerando que o Município de Bom Jesus do Araguaia/MT possui população inferior a 20.000 habitantes, a elaboração do PAC ainda se encontra em fase de estruturação administrativa, não configurando irregularidade a ausência da presente contratação nesse instrumento de planejamento.

Destaca-se, contudo, que a necessidade da contratação foi devidamente identificada e justificada no presente processo administrativo, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo a regularidade e a legitimidade do procedimento.

11. RESULTADOS ESPERADOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de hospedagem em casa de apoio na cidade de Cuiabá/MT, destinada ao acolhimento de pacientes em tratamento médico e respectivos acompanhantes, incluindo no mínimo três refeições diárias e serviço de transporte, visa atender às demandas da rede municipal de saúde de Bom Jesus do Araguaia/MT.

A medida possibilitará o acesso efetivo dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) aos serviços de média e alta complexidade disponibilizados na capital do Estado, especialmente para a realização de consultas especializadas, exames diagnósticos e tratamentos médicos que não são ofertados no âmbito do município de origem, em razão de limitações estruturais e da regionalização da assistência à saúde.

Nesse contexto, a disponibilização de hospedagem em casa de apoio constitui importante instrumento de assistência complementar aos pacientes encaminhados para tratamento fora do domicílio, garantindo condições adequadas de acolhimento, alimentação e deslocamento durante o período necessário à realização dos procedimentos médicos.

Dessa forma, a contratação contribuirá para ampliar o acesso aos serviços de saúde, assegurar maior agilidade na realização de diagnósticos e tratamentos especializados, favorecer a continuidade do

Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,

Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



cuidado e reduzir riscos de agravamento do quadro clínico dos pacientes, além de proporcionar condições dignas de hospedagem e suporte durante o período de permanência em Cuiabá/MT.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

1ª Elaboração do Edital de Licitação compatível com o objeto a ser licitado;

2ª No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei Nº 14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, às diretrizes quanto a execução dos serviços, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação;

3ª A administração municipal deverá promover a capacitação dos servidores para atuarem na gestão e fiscalização do contrato. Ressalta-se, inclusive, a importância da realização de visitas periódicas no estabelecimento para fins de verificação de conformidade e manutenção do cumprimento dos requisitos estabelecidos para contratação.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há impactos ambientais resultantes da contratação.

No entanto, a contratada deverá:

- Contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988;
- Adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes e;
- Observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nas informações levantadas nos estudos preliminares, estas demonstram que a contratação da solução adotada no item 3 é tecnicamente viável e fundamentadamente necessária para a manutenção dos serviços de saúde de Bom Jesus do Araguaia.

Portanto, declara-se a viabilidade de realizar a contratação pretendida.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

Com base nas informações levantadas no presente estudo técnico preliminar, estas demonstram que a contratação é tecnicamente viável e fundamentadamente necessária para suprir a demanda da Secretaria de Saúde de Bom Jesus do Araguaia/MT, declara-se a possibilidade de realizar a contratação pretendida.



ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A (razão social da empresa), CNPJ nº, localizada à, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão nº __/2026, declara, sob as penas da lei, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;
- d) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Local e data.

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)



ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia – MT

Pregoeiro(a) do Pregão nº XX/2026

Bom Jesus do Araguaia - Mato Grosso

PROPOSTA

O proponente a seguir identificado:

Razão Social:		
CNPJ:	Nome Fantasia:	
Logradouro:		Número:
Complemento:	Bairro:	
Cidade:		CEP:
Telefone Fixo:	Email:	
Banco:	Agência:	Conta:
Representante:		Telefone Celular:

Em atendimento ao disposto no Pregão nº XX/2026, após análise do referido edital e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a fornecer os serviços objeto da licitação, por intermédio do sistema de registro de preços, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

Item	Descrição	Qtde	Preço Unitário	Preço Total



E, para tanto, declaro que no preço estão incluídos todos os custos diretos ou indiretos com o fornecimento dos materiais, inclusive tributos, equipamentos, pessoal, taxas, transportes, alimentação etc., e que a presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Data e Local.

**Nome completo e Assinatura do
proponente**



ANEXO IV –

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

PROCESSO Nº ____/2026

O Município de Bom Jesus do Araguaia - MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia -MT, CNPJ nº 04.173.952/0001-68, situada na xxx, s/n, Centro – Bom Jesus do Araguaia - MT. - CEP: 78678-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, sob o número **XXX/2026**, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO EM CUIABÁ/MT, COM NO MÍNIMO 3 (TRÊS) REFEIÇÕES DIÁRIAS E TRANSPORTE INCLUSOS, A FIM DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, processada nos termos do Processo Administrativo nº **XXX/2026**, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, II, 78, IV, e 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 132 de 11 de Dezembro de 2023, segundo as cláusulas e condições seguintes:

1- OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO EM CUIABÁ/MT, COM NO MÍNIMO 3 (TRÊS) REFEIÇÕES DIÁRIAS E TRANSPORTE INCLUSOS, A FIM DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº **XXX/2026**, que é parte integrante

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado.

2-ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

2.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR da presente Ata de Registro de Preço - ARP será a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT, já identificada no preâmbulo.

3- REGISTROS FORMALIZADOS

3.1. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO EM CUIABÁ/MT, COM NO MÍNIMO 3 (TRÊS) REFEIÇÕES DIÁRIAS E TRANSPORTE INCLUSOS, A FIM DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado.

4-DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa: XXX - CNPJ: XXX							
Representante Legal: XXX							
Telefone: (XX) XXXX-XXXX - E-mail: XXX Endereço: XXX							
Item T.R.	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtde Máxima	Qtde Mínima	Valor Unitário



4.2. O fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, que são parte integrante da presente ARP, independente de transcrição, e que devem ser totalmente observados e cumpridos e:

- a) Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto;
- b) Proposta(s) comercial(is) do(s) particular(es) cujo(s) preço(s) conta(m) registrado(s);
- c) Edital de Pregão Eletrônico nº XXX/2026, referente ao Processo nº XXX/2026.

5- VIGÊNCIA DA ARP

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

5.2. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

5.3. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

5.4. A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos meios oficiais de publicação e divulgação.

6- CONTRATAÇÕES FUTURAS

6.1. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação e na jurisprudência do TCU.

6.2. Poderá haver, a critério do órgão gerenciador, e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ou entre este(s) e o ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual será formalizado nos autos de gestão da ARP por despacho da autoridade competente e publicado.



6.3. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico nº XXX/2026 e seus anexos.

7- VÍNCULOS DA ARP

7.1. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

7.2. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº XXX/2026.

8-ADESÃO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA NÃO PARTICIPANTE

8.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que observadas as disposições abaixo:

- a)** O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia ediretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal coma contratação pretendida.
- b)** É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal.
- c)** Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.



d) Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional bjlicitacao@gmail.com, no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.

8.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, que poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

8.3. O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados nesta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

8.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata, sendo que esse prazo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9-LIMITES PARA ADESÕES

9.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

9.3. No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À MEI'S, ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme jurisprudência do TCU.

9.4. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas



propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.5. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

- a)** Em até 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e,
- b)** Apenas durante a vigência da presente ARP.

10-COMUNICAÇÃO AO GERENCIADOR

10.1. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente informar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da contratação, a contratação para fins de registro definitivo.

11- VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

11.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

12-CONTRATAÇÃO DECORRENTE A ARP

12.1. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) na ARP deverá ser formalizada no prazo de validade da Ata e será formalizada por intermédio da emissão de nota de empenho de despesa, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não havendo a formalização de Instrumento de Contrato.

12.2. Na formalização da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

12.3. As contratações decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alteradas, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13-ATRIBUIÇÕES DO GERENCIADOR DA ARP

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



13.1. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

13.2. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

- a) Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;
- b) Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;
- c) Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;
- d) Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à(s) solicitação(ões) de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à(s) solicitação(ões) de ADESÃO(ÕES) realizada(s) por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência(s) complementar(es) necessária(s) ou até recomendando o indeferimento fundamentado, observada a legislação vigente e a jurisprudência do TCU;
- e) Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão;
- f) Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência do TCU;
- g) Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;
- h) Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;



- i) Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular(es) contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;
- j) Instruir os autos de gestão da presente ARP.

14- ATRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE

14.1. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE compete:

- a) Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;
- b) Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;
- c) Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;
- d) Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;
- e) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

15- OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

15.1. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:

- a) Retirar a respectiva nota de empenho no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
- b) Indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a concordância ou não em relação à(s) solicitação(ões) de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;
- c) Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência integrante da presente ARP, como também na sua



respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;

d) Respeitar as demais condições e obrigações contidas nesta ARP e no Edital e Anexo do Pregão Eletrônico nº XXX/2026, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

e) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;

f) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

g) Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;

h) Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;

i) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

j) Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

16- CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

16.1. Conforme consta no ANEXO A, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo CANCELAMENTO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, VII, e § 5º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.2. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o(s) licitante(s) ao(s) preço(s) da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

16.3. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado



na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

16.4. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

16.5. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

17-PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

17.1. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial.

17.2. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizada, durante sua vigência, no site do ÓRGÃO GERENCIADOR inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.

18- ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1. Salvo negociação entre o órgão gerenciador e o(s) fornecedor(es), os preços registrados serão REAJUSTADOS automaticamente, para mais ou para menos, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 (doze) meses, contados da assinatura da ARP, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = PI \times IR$$

Onde:

PR = Preço reajustado

PI = Preço inicial da Ata de Registro de Preços

IR = Índice de reajuste

18.2. Na hipótese de reajuste, a contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste previsto antes da formalização da prorrogação, cabendo à Administração decidir sobre o interesse na prorrogação em caso de reajuste.

18.3. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em

Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,

Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, deverá ser formulado durante a vigência da presente Ata e antes de eventual prorrogação.

18.4. Do mesmo modo, à Administração pode solicitar a REVISÃO dos preços registrados em caso de desequilíbrio econômico-financeiro em seu desfavor.

18.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.6. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos seguintes casos:

- a) ausência de comprovação da elevação dos encargos do particular;
- b) ocorrência de evento antes da formulação das propostas;
- c) ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do fornecedor;
- d) culpa do fornecedor pela majoração dos seus encargos (o que inclui aprevisibilidade da ocorrência do evento).

18.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, em legislação aplicável, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo requerido desequilíbrio de preços de mercado.

18.8. Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, o órgão gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceita(m) manter seu(s) preço(s) registrado(s).

18.9. Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada, nos termos fixados no item 11 desta ARP.



19-REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ARP

19.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

19.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

19.3. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

19.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos em Decreto Municipal.

19.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

19.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

20- CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

20.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - c) Não aceitar manter seu preço registrado;
 - d) Sofrer sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicada por qualquer órgão da União Federal (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- ou



e) Sofrer sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no caso de declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

20.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

20.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

20.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

20.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

21- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTIDAS NA ARP

21.1. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº xxx/2026, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

21.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.



21.3. Cabe a cada órgão ou entidade participante ou aderente a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

21.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências passível de cancelamento do registro do fornecedor.

22-CANCELAMENTO E RESCISÃO DA ARP

22.1. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

a) Não houve acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas nesta ARP, na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

b) Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

c) Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

22.2. O registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

a) Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;

b) Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;

c) Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;

d) Não manter as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo



irregularidade temporária e sanável em até 30 (trinta) dias corridos; ou

- e) Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

22.3. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

22.4. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

22.5. O cancelamento/revogação do registro na hipótese do fornecedor recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

22.6. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

22.7. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

23-DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei Federal nº 14.133, de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 132, de 11 de Dezembro de 2023.

Bom Jesus do Araguaia - MT, em XXX, de XXX de XXX.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ÓRGÃO GERENCIADOR

DETENTORA

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____ / 2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº XX / 2026.

Registro de preços para futura e eventual xxxx.

(Processo Administrativo nº XXX).

O Município de Bom Jesus do Araguaia- MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, com sede na XXX, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Prefeito(a) Municipal, Senhor(a) Nome do(a) Prefeito(a), doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADA, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo XXX e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº XXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. OBJETO

- 1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação, pelo Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual xxxxxxxx, conforme quadro a seguir:

Item	Especificação	Catálogo	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Valor Unitário	Valor Total
------	---------------	----------	-------------------	---------------------	----------------	-------------

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



Único	XXX	XXX	XXX	XXX	R\$??,??	R\$???,???,??

1.1. Fazem parte integrante do presente Termo de Contrato e a ele se vinculam, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital do Pregão nº XXX/2026;
- A Proposta da Contratada;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da contratação, sendo automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima (art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, previstas neste instrumento.

2.2. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato, sempre que possível, deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (art. 92, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

3.1. O presente Termo de Contrato se vincula à Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, subsidiariamente, às seguintes leis:

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



- a) Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Pequena Empresa);
- b) Lei Federal nº 10.406, de 2002 (Código Civil);
- c) Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- d) Lei Federal nº 12.846, de 2013 (Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências);
- e) Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação);
- f) Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

4. REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

4.1. O regime de execução é o de empreitada por preço global (art. 46, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

5. SUBCONTRATAÇÃO (art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

6.1. São obrigações do Contratante:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Não exigir da Contratada, serviços estranhos às atividades especificadas no Termo de Referência;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Contratada;

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



- d) fornecer as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- e) previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;
- f) notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- g) comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação;
- h) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- i) efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência, salvo no caso de parcela onde houver controvérsia.

6.2. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir sobre qualquer requerimento da Contratada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, admitida a prorrogação motivada, por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. (art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

6.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

7.1. A Contratada obriga-se a cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato (art. 118 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), sendo que a indicação ou a
Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade;

b) atender às determinações regulares emitidas pelo(a) fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

c) alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, em especial aqueles descritos para execução dos serviços previstos no Termo de Referência, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

d) reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo(a) fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

e) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

g) não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do(a) fiscal ou gestor(a) do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

h) manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, em especial a documentação exigida na habilitação técnica;

i) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação



específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

j) comunicar ao(à) fiscal do contrato, no prazo de até 1 (um) dia útil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

k) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do(s) serviço(s);

l) paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

m) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

n) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

o) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

p) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista no art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 1991, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), comprovando o cumprimento da legislação, no prazo fixado pelo(a) fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas e mantendo durante todo o período de contratação as cotas exigidas por Lei;

q) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

r) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

s) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante, além das recomendações do(a) fiscal de contrato;



- t) apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que atuarão na execução do serviço;
- u) instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante, bem como em relação às atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- v) obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- w) atender às determinações regulares emitidas pelo(a) fiscal ou gestor(a) do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- x) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- y) entregar, junto com a Nota Fiscal, as certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede da Contratada, além das certidões federais que não estejam sendo emitidas pela rede mundial de computadores;
- z) responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- aa) paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- bb) manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- cc) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- dd) alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos,



ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

ee) orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a qualquer acesso por força da execução deste contrato;

ff) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

gg) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;

hh) executar os serviços objeto desta contratação com presteza e rapidez, conforme as necessidades do Contratante;

ii) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado, sem prévia anuência do Contratante;

jj) não caucionar nem utilizar o contrato a ser firmado para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da administração deste Regional;

kk) arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre a contratação, inclusive os trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual devendo apresentar, sempre que solicitada pelo(a) gestor(a) do contrato, a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos;

ll) recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa aplicadas, em procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais;

mm) acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do(a) gestor(a) e/ou do fiscal do contrato designado pela Administração.

8. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 2018)

8.1. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 13.709, de 2018, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da Lei Federal nº 13.709, de 2018, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.6. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

8.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da Lei Federal nº 13.709, de 2018, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (art. 37 da Lei Federal nº 13.709, de 2018), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, paraefeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.709, de 2018.

8.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da Lei Federal nº 13.709, de 2018.



9. PRAZOS (art. 92, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

9.1. A execução dos serviços será precedida de solicitação com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e deverá ser executado nas datas e horários solicitados, salvo em caso fortuito ou de força maior (art. 393 da Lei Federal nº 10.406, de 2002).

10. RECEBIMENTO DO OBJETO (art. 140, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

10.1. A entrega do(s) serviço(s) será(ão) realizada(s) preferencialmente por etapa, de acordo com a descrição dos serviços contida no Termo de Referência, acompanhada de Nota Fiscal correspondente, a qual deverá ser preenchida com as especificações apresentadas neste Instrumento de Contrato e/ou no Termo de Referência.

10.2. A entrega deverá ocorrer:

- a) Endereço: XXX;
- b) Responsável: XXX;
- c) Telefone: XXX;
- d) E-mail: XXX;

10.3. Horário de Funcionamento: XXX às XXX no horário oficial de Brasília -DF

10.4. O prazo de entrega será conforme cronograma indicado anteriormente, salvo se prazo maior houver sido previsto no Termo de Referência.

10.5. Após a execução, o objeto do contrato será recebido (art. 140, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 140, I, “a”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021); e
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, I, “b”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)



11.1. A despesa decorrente do fornecimento objeto desta contratação correrá à conta dos créditos orçamentários consignados ao Contratante, nos Programas de Trabalho **XXX** e será empenhada integralmente no ato da contratação e sempre que necessário e possível a utilização da Ata de Registro de Preços nº **XXX**/2026.

12. PREÇO (art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

12.1. O valor total da contratação é de **R\$???,???,?? (.....)**, podendo ser emitidos empenhos adicionais a partir da referida ARP, desde que dentro de seus limites e vigência e, consequentemente, aumentando o valor da presente contratação.

12.2. No valor acima, e nos empenhos adicionais, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

12.3. O pagamento poderá conter glosas em virtude dos resultados apurados no Instrumento de Medição de Resultados - IMR (Anexo I-C do Termo de Referência).

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

13.1. Para que a Nota Fiscal seja encaminhada para liquidação e pagamento será feito o recebimento provisório pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização (art. 140, I, “a”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e o recebimento definitivo por servidor ou comissão designada pela autoridade competente (art. 140, I, “b”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), conforme regulamentação prevista no Decreto Municipal.

14. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO (art. 143 e 146 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

14.1. A Contratada deverá entregar a Nota Fiscal após a execução do serviço, sob pena de não recebimento, e as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas na habilitação da licitação, ou as justificativas pela impossibilidade de apresentação das referidas certidões, além de outros documentos eventualmente exigidos no Termo de Referência para liquidação e pagamento, em até **30 (trinta)** dias corridos após a entrega do objeto contratado, sob pena de caracterizar a infração



tipificada no art. 155, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.2. O CNPJ constante da Nota Fiscal e/ou DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica) deverá ser o mesmo indicado na proposta e neste instrumento de contrato.

14.3. O pagamento do objeto da presente contratação, sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais, será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, a partir do recebimento definitivo do objeto contratado, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da Contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e regulamentada pelo Decreto Municipal.

14.4. Nos pagamentos, o Contratante poderá reter cautelarmente valores referente a eventuais multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento e dano, devendo ser liberada no prazo previsto para pagamento a parcela incontroversa. (art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

14.5. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

14.6. Nos termos do art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso o pagamento seja efetuado após 30 (trinta) dias do recebimento definitivo do objeto contratado, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

I = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado: $I = (6/100/365)$;

N = número de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga.

15-GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

15.1. A garantia legal de adequação do serviço independe de termo expresso, vedada a

**Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,
Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221**



exoneração contratual do fornecedor. (art. 24 da Lei Federal nº 8.078, de 1990)

15.2. A garantia contratual é complementar à legal. (art. 50 da Lei Federal nº 8.078, de 1990).

16-REAJUSTE (ART.92, § 3º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta (dia de abertura do certame licitatório).

16.2. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Para efeito do disposto no item anterior, será apreciada a possibilidade da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com data-base vinculada à data da proposta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = PI \times IR$$

Onde:

PR = Preço reajustado

PI = Preço inicial

IR = Índice de reajuste

16.4. Na hipótese de reajuste, a Contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste.

16.5. A Contratada somente terá direito a reajustes se não tiver dado causa a atraso no cumprimento de suas obrigações.

16.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.7. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.10. O reajuste será realizado por apostilamento.



17-SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART.92, XIV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

17.1. No caso de a Contratada incorrer em uma ou mais condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será responsabilizada administrativamente em uma ou mais das sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

17.2. Em caso de atraso na execução dos serviços, será aplicada multa de mora, correspondente a 2% (um por cento) por dia útil de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite máximo de 10% (dez por cento), nas hipóteses de atraso injustificado na entrega do(s) serviço(s). A entrega após esse prazo configura a inexecução parcial do contrato, cuja multa será de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação e a não entrega até 10 (trinta) dias úteis após o prazo final de entrega caracterizará inexecução total do contrato, cuja multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. As sanções de advertência (art. 156, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), impedimento de licitar e contratar (art. 156, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

17.5. O processamento das penalidades seguirá os ditames da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

17.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será

Rua G, S/N, Quadra 35, Loteamento Solar Flor do Araguaia,

Bom Jesus do Araguaia/MT, CEP: 78678-000– Telefone (66) 98146-0221



cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

17.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.9. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da aplicação da sanção, nos termos do art. 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos. (art. 159 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

17.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à contratada do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

17.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.13. Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

18- ALTERAÇÕES (ARTS. 124 A 136 DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



18.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

<p>19- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART.92, XIX, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)</p>

19.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

19.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada automaticamente até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato. (art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

19.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

19.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

19.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. (art. 137, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

19.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado



termo aditivo para alteração subjetiva.

19.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

19.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

19.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

20- DOS CASOS OMISSOS (ART. 92,III, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

21- PUBLICAÇÃO (ART.94 DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

21.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (<https://pncp.gov.br/>), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

22- FORO (ART.92, §1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)



22.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira/MT, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação administrativa, conforme (art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.)

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente.

Bom Jesus do Araguaia - MT, em, dede 2026.

Representantes legais:

Nome do Ordenador de Despesas

Contratante

XXXXXXXX

Contratada

Testemunhas:

Nome da 1ª Testemunha

Matrícula: ???????

Nome da 2ª

Testemunha

Matrícula:

???????